



Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 1981

ANO VII

RESOLUÇÃO Nº 35/81

DATA: 01 de setembro de 1.981.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município Boa Vista da Aparecida.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, pertencente ao Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Boa Vista da Aparecida.

"Ao Norte, preservando-se a atual divisa com o Município de Cascavel, limita-se com este por uma linha seca que parte do Rio Andrada, no sentido Oeste-Leste, até alcançar o Rio Tormenta, a Leste, tendo como divisa o Rio Tormenta, no sentido Norte-Sul até a foz deste no Rio Iguaçu, limita-se com os Municípios de Catanduvas e o de Três Barras do Paraná, ao Sul tendo por divisa o Rio Iguaçu, a partir da foz do Rio Tormenta até a foz da Sanga Luciano, limitando-se com o Município de Nova Prata, seguindo rumo Norte tendo por divisa a Sanga Luciano, desde sua foz no Rio Iguaçu até encontrar a linha divisória com o lote 158-D, seguindo em direção Norte nas divisas dos lotes 101, 103, 860, 864, 867, 798 e daí em linha seca pelas divisas constantes da planta do Imóvel Andrada, do Município de Capitão Leônidas Marques até atingir o Rio Andrada nas divisas entre os lotes 705 e 667, ponto de partida, fechando o perímetro."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01/09/81

JOÃO MANSUR — Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1.981

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Palácios.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Nilso Sguarezi, Antônio Cotrim, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (53); achando-se ausentes os Senhores Deputados Cyro Martins, José Domingos Scarpelini, Mário Celso, Renato Bernardi e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, consulto a Vossa Excelência se é possível determinar ao Sr. 2º Secretário, Deputado Palácios, que proceda a leitura do trecho imediatamente após aquele instante em que este Deputado usou, ontem, no Grande Expediente, porque tenho para mim que não foi por distração, mas, parece-me - não quero afirmar - e é por isso que estou usando esta Questão de Ordem, parece-me que foi omitida, na Ata, uma síntese elucidativa.

Mas, talvez até houve a omissão total, daquilo que disse o nobre Deputado Erondy Silvério, a respeito deste Deputado.

Indago a Vossa Excelência, para saber, se na Ata que acaba de ser lida, consta uma síntese do que o Deputado Erondy Silvério falou contra este Deputado, ontem, quando usava o horário de sua Liderança, para que eu possa, inclusive, votar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Presidência determina ao Sr. 2º Secretário que faça a verificação do trecho mencionado, em seguida ao pronunciamento do Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Só a parte imediatamente após ao horário do Grande Expediente, que foi ocupado por este Deputado.

Ou mais especificamente, informar se consta na Ata, uma síntese do que afirmou o Deputado Erondy Silvério, ontem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Informo ao nobre Deputado, que os pronunciamentos, constam nas notas taquigráficas. Porque esta Ata é uma síntese do que ocorreu.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, sei que constam das notas taquigráficas, porque elas estão comigo.

Agora, quero saber se, na Ata, consta a síntese desse pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — O que estou esclarecendo a Vossa Excelência, que a Ata é resumida.

O SR. JOSÉ TAVARES — Exatamente isso, Sr. Presidente, quero saber se existe resumo, falei em síntese. Vossa Excelência não me informou direito. Quero saber para poder votar, apenas eu não quero que seja aprovada esta Ata, da forma como foi lida, da forma como ela está, eu quero apenas que ela retrate, para o bem da verdade, para o bem da justiça ...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Vossa Excelência teria que requerer ...

O SR. JOSÉ TAVARES — Se for o caso nós o faremos, Sr. Presidente.

Só não quero, e só não posso aceitar é que esta Ata seja aprovada da forma como ela está, ela não está se atendo à verdade, principalmente no que diz respeito à síntese do pronunciamento atribuído ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Apenas, Deputado, para tentar socorrer ou argumentar com Vossa Excelência, eu diria que, a Ata, ela está perfeita, porque, todos os tumultos, agressões verbais e até mesmo físicas que já aconteceram neste plenário nas últimas décadas, isto a Ata não transcreveu. Esses detalhes, quando um Deputado julga-se prejudicado em alguma coisa - e isto já aconteceu antes aqui - o Deputado requer as cópias das notas taquigráficas, autenticadas. Isto é aqui ou em qualquer outro Foro. Agora, quanto à Ata, nunca constou da História deste Parlamento, na sua Ata, nenhuma palavra de menor calão ou de alguma ofensa pessoal de alguém a alguém, neste plenário. Isto já é uma tradição de muitas décadas. A Ata estabelece apenas e tão somente a súmula dos acontecimentos do plenário. Por esta razão, ela deve ser aprovada.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Apenas gostaria de dizer que eu respeito as colocações do nobre Deputado Gabriel Sampaio, mas, eu não posso admitir que sejam omitidos da Ata, determinados acontecimentos que ocorreram ontem aqui na sessão, quando Vossa Excelência ...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Presidência já informou que os Anais da Casa estão aí ...

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência permite que eu discorra sobre o meu ponto-de-vista?

Apenas para dizer o seguinte: que, segundo o meu entendimento, apesar de eu não ser homem que tenha militado em Parlamentos modernos, mas, uma Ata deve espelhar a síntese do que haja ocorrido em uma sessão, mais especificamente, deve espelhar a verdade e esta Ata não está espelhando a verdade quando faz alusão ao pronunciamento do Deputado Eron-

dy Silvério. É a isto que eu quero me referir e, creio, estou sendo claro!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Estou submetendo à apreciação do Plenário. Depois cabe ao Plenário decidir. Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, estou apenas invocando um direito que, acho, é meu.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu também fui ofendido pelo nobre Deputado José Tavares, eis que fui o autor das emendas, que ele chamou de imorais. Ele ofendeu a Bancada toda. Então, Sr. Presidente, que conste em Ata também isso.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu não ofendi Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Estou perguntando, Sr. Presidente: consta em Ata?

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para clarear.

Não há dúvida de que a Ata deva ser o espelho sintético do que ocorreu; também não procede que, antes tempos, em outras ocasiões, ou sempre, como tradição desta Casa, a Ata não teve esse sentido.

Nós devemos lembrar, para dar testemunho disso, que, quando houve a disposição de cassar de modo criminal o ex-Deputado Jayme Carvalho, exclusivamente foi em cima do que continha a Ata dos trabalhos, e a Ata foi muito clara no tocante a registros.

Então, me parece, é a chance do Deputado José Tavares de, embora de maneira muito sucinta, saber colocados em Ata, os fatos tais como ocorreram. É óbvio e claro que é isto que o Deputado José Tavares está levantando, é um direito que lhe assiste como assiste aos demais Srs. Deputados, que, façam os reparos que acharem necessários.

Se Vossa Excelência colocá-la em discussão tão somente, ela passará à fase de votação, e o que pretende o Deputado José Tavares - e aí a Presidência tem que tomar uma atitude - é um reparo, é que se amplie esse setor da Ata.

Peço a Vossa Excelência que analise isso.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — Sr. Presidente. Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Vou responder a questão de ordem levantada pelo Deputado Nelson e em seguida atenderei o pedido formulado pelo Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, uma observação. Na hora em que tiver um Deputado do PDS falando pela ordem, por gentileza, não deixe essas interferências injustas e indébitas dos homens que querem tumultuar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Vou responder à questão de ordem, em seguida.

Informo ao Deputado Nelson que o caso Jayme de Carvalho consta nos Anais da Casa e não em Ata, o que nós já tivemos a oportunidade de verificar e a Mesa já definiu se a Ata está em discussão. Se falta alguma coisa a ser acrescentada, já solicitei ao Deputado que requeresse o que deve ser acrescentado, porque vou submeter à apreciação do Plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, quer me parecer não haja procedência na reivindicação do Deputado Tavares, porque a Ata, na verdade, é um extrato da sessão. Os Anais são e significam o documento maior do que se passa aqui na Assembléia Legislativa do Estado.

Nós estamos cansados de ouvir a leitura da Ata e de aprová-la em cada sessão, sem que ela diga em toda a profundidade o que se falou da tribuna desta Casa.

Então, tenho a convicção de que realmente não procede a reclamação do Deputado José Tavares e veja Vossa Excelência, que se o procedimento fosse o contrário, nós poderíamos dispensar o uso dos Anais da Casa, e simplesmente em todas as Atas transcrever aquilo que se fez em cada sessão plenária.

Não é este o objetivo da Ata. A Ata não tem o objetivo de transcrever “ipsis literis” aquilo que se fez aqui.

Então, Sr. Presidente, a minha manifestação é no sentido de apelar a Vossa Excelência, indeferindo a questão de ordem do Deputado José Tavares e colocando em votação a Ata que acabou de ser lida para ser discutida.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Quero informar o Deputado Lineu Turra, que foi levantada uma questão de ordem pelo Deputado Gabriel Sampaio e vou atender agora a questão de ordem levantada, procedendo a chamada nominal.

O SR. LINEU TURRA — Antes que Vossa Excelência decida, porque acho que a minha questão de ordem vai se entrelaçar com a questão de ordem levantada.

Acho que a Ata retrata efetivamente os trabalhos da Casa. O que aconteceu na Casa e a meu ver o que pede o Deputado - porque se nós aprovarmos uma Ata, não é bem como disse o Deputado Airton Cordeiro - data vênica, porque o que nós aprovamos da Ata, é coisa transitada em julgado. O aprova- do faz coisa julgada.

Pois bem.

O que o Deputado - a meu ver - pode pedir, discordando da Ata, é que lendo o trecho de discursos que foram proferidos, solicitar para que seja reproduzido na Ata como um fato constatado na Casa, quer dizer, o que a Ata vai reproduzir.

A meu ver, o que o Deputado Tavares poderá fazer, é pedir que se transcreva, na Ata, um fato que retrata os acontecimentos da Casa.

Então eu acho que não é bem como disse o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa já definiu a questão de ordem levantada e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — 40 Srs. Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para deliberação e está em discussão a Ata lida anteriormente.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência permite que lhe consulte a respeito de como fica a questão de ordem que foi levantada?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Já respondi a questão de ordem formulada por Vossa Excelência, nobre Deputado. Se Vossa Excelência não concorda com os termos da Ata, que dirija por escrito o que pretende seja acrescentado que eu submeterei à apreciação do Plenário.

O SR. JOSÉ TAVARES — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Ata. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão.— Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 71/81

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de convênio celebrado em 03 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 80/81

Curitiba, 27 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 26 de junho de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de APUCARANA, ARAPONGAS, CAMBÉ, CAMBIRA, IBIPORÃ, JANDAIA DO SUL, LONDRINA, MANDAGUARI, MARIALVA, MARINGÁ, PAIÇANDU e ROLÂNDIA, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, objetivando planejamento e coordenação do desenvolvimento dos municípios que integram o eixo Londrina-Maringá - METRONOR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 81/81

Curitiba, 27 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 05 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa

colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 82/81

Curitiba, 27 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 12/81, celebrado em 25 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, objetivando a prestação de auxílio financeiro para aplicação nas obras do Terminal Rodoviário de Passageiros, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 83/81

Curitiba, 27 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 12 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de ASSAÍ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 84/81

Curitiba, 27 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 22 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de BANDEIRANTES, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

TELEX:

Do Senhor MÁRIO LOPES DOS SANTOS — Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encaminhando cópia dos Telex Circular n.ºs 51 e 52, recebidos do colendo Tribunal Superior Eleitoral, nos seguintes termos:

TELEX CIRCULAR N.º 51, de 21.8.81.

“COMUNICO VOSSÊNCIA TRISUPELEI SESSÃO 1.7.81. APRECIANDO PROCESSO N.º 37, DA CLASSE SÉTIMA, AUTORIZOU O FUNCIONAMENTO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 20 DA RESOLUÇÃO N.º 10.785/80. SOLICITO VOSSÊNCIA SE DIGNE COMUNICAR ESSA DECISÃO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. E POR INTERMÉDIO DOS JUÍZES ELEITORAIS AS CÂMARAS MUNICIPAIS.”

CORDIAIS SAUDAÇÕES

MOREIRA ALVES — PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRISUPELEI.

TELEX CIRCULAR N.º 52, de 21.8.81.

“COMUNICO VOSSÊNCIA TRISUPELEI SESSÃO 18.8.81. APRECIANDO PROCESSO N.º 38, DA CLASSE SÉTIMA, AUTORIZOU O FUNCIONAMENTO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 20 DA RESOLUÇÃO N.º 10.785/80. SOLICITO VOSSÊNCIA SE DIGNE COMUNICAR ESSA DECISÃO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. E POR INTERMÉDIO DOS JUÍZES ELEITORAIS AS CÂMARAS MUNICIPAIS.”

CORDIAIS SAUDAÇÕES

MOREIRA ALVES — PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRISUPELEI.

EMENDA:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/81

Art. 1.º — O Art. 73, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“ ART. 73 — AS SESSÕES ORDINÁRIAS TERÃO INÍCIO ÀS 14:30 HORAS E DURARÃO, NO MÁXIMO, 4:30 HORAS.

§ 1.º — O PRESIDENTE PODERÁ, EXCEPCIONALMENTE, CONVOCAR SESSÕES ORDINÁRIAS PARA O PERÍODO MATINAL.

§ 2.º — A SESSÃO ORDINÁRIA DE SEXTA-FEIRA, PODERÁ SER ANTECIPADA PARA QUINTA-FEIRA, APÓS A RESPECTIVA SESSÃO ORDINÁRIA, MEDIANTE CONVOCAÇÃO DO PRESIDENTE, COMO SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.”

Art. 2.º — O § 3.º, do Art. 194 do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“ ART. 194 —

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — A MESA PODERÁ MANDAR ABONAR ATÉ TRÊS (03) FALTAS POR MÊS DO DEPUTADO QUE JUSTIFIQUE A SUA AUSÊNCIA E DESDE QUE ESTA NÃO TENHA CONTRIBUIDO PARA O ADIAMENTO DE VOTAÇÃO”.

Art. 3.º — As Sessões Solenes para a entrega de títulos honoríficos e de benemerência, concedidos por esta Casa, somente poderão ser marcadas após aprovação do Plenário, através de proposição apresentada por Deputado ou pela Comissão Executiva.

Art. 4.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoiamto: GABRIEL MANOEL, DAVID CHERIEGATE, FUAD NACLI, GABRIEL SAMPAIO, TERCIO ALBUQUERQUE e VALDUGA.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS, com assento nesta Casa, indico os Senhores Deputados:

DAVID CHERIEGATE

AIRTON CORDEIRO

GABRIEL MANOEL

TÚLIO ZANCHET, como Membros Titulares e os

Deputados:

LUIZ GABRIEL SAMPAIO

AGUINALDO PEREIRA LIMA

WERNER WANDERER

BASÍLIO ZANUSSO, como Membros Suplentes, para integrarem a Comissão de Defesa ao Consumidor.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, na Ata da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 02 de setembro de 1981, em Ivaiporã, de Dona HEROÍNA LAGOS, esposa do Pastor Adolar Lagos, da Igreja Assembléia de Deus de Ivaiporã.

Da aprovação, requer seja dado ciência à família, através do Pastor Adolar Lagos da Igreja Assembléia de Deus, à Rua Maringá, em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, na forma Regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor ANSELMO MERLIN, ocorrido em data de hoje.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, de conformidade com os dispositivos regimentais seja inserida na Ata dos trabalhos de hoje, UM VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento da Senhora ROSA DENUTO POSSATO, ocorrido recentemente na Cidade de Arapoti.

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A extinta senhora D. ROSA DENUTO POSSATO, era membro de uma das mais conceituadas famílias de ARAPOTI-PR, que se destacou sobremodo na vida agrícola e comercial, daquela cidade, tendo deixado os seguintes filhos: ELVIRA POSSATO NOVOCHADLO, esposa do Sr. DIRCEU NOVOCHADLO, Prefeito Municipal daquela cidade, IVO POSSATO,

LUCI POSSATO, JOSÉ POSSATO, ILINEU POSSATO, IOLANDA POSSATO E OLÍVIO POSSATO.

Seu passamento consternou profundamente toda a sociedade arapotiense.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Benjamim Cardoso Teixeira, ocorrido na Cidade de Guarapuava, neste Estado.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o registro na Ata dos trabalhos, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora SHIZUE KAMEY.

A extinta e veneranda senhora era pessoa grandemente estimada na Cidade de Santa Mariana, dado ao seu coração boníssimo e a vontade sempre presente em servir a todos.

Deixa muitas saudades a todos os marianenses e principalmente à sua dedicada família.

Dentre todos os seus familiares está o Vereador Ioshiaki Kamey, Presidente da Câmara Municipal de Santa Mariana.

Requer ainda que da decisão seja comunicada à família enlutada, através de seu filho Ioshiki Kamey, Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o inteiro teor do discurso do Sr. Deputado JOSÉ TAVARES, na sessão de 02 do corrente, a fim de instruir processo judicial.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, atendidas as formalidades regimentais, REQUEREM envio de ofício ao Conselho Superior da Magistratura, solicitando a suspensão da execução de despejo contra as 17 famílias da área denominada "Lote Grande", no Município de Foz do Iguaçu, por 90 dias, assim como a imediata retirada da força policial da referida área; também, ao INCRA e ao ITC pedido urgente de intervenção neste angustiado caso social.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(aa) NELTON FRIEDRICH e FIDELCINO TOLENTINO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER certidão de inteiro teor da sessão do dia 1.º de setembro de 1981, sem as devidas correções do respectivo pronunciamento.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Com base no artigo 103, parágrafo 2.º do Regimento Interno, REQUEIRO preferência na votação da Emenda Substitutiva de Plenário, apresentada ao Projeto de Resolução n.º 64/80, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se corrija a Ata da sessão de ontem (1.º de setembro) na parte que faz alusão ao pronunciamento do Sr. Deputado Erondy Silvério.

Requer, outrossim, que tal retificação consista na síntese escrita do que o aludido Parlamentar falou.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação para redação final do Projeto de Lei n.º 52/81, que declara de utilidade pública a "Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba".

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, digníssimo Secretário da Segurança e Coronel DIRCEU CORREIA RIBAS, digníssimo Comandante da Polícia Militar do Estado, solicitando imediatas e severas medidas contra soldados do 6.º BPM, com sede em Cascavel, no sentido de que sejam recolhidos para responderem processo e afinal expulsos da corporação a bem do serviço, uma vez provadas as denúncias.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

No dia 31 de agosto do corrente, por volta das 23 horas, quando se encontrava na plataforma da rodoviária de Cascavel-Pr, para embarque às 23:05 horas, com destino a esta Capital, em ônibus leito da Sul Americana de transportes, o Deputado subscritor deste, presenciou e foi vítima juntamente com dezenas de pessoas presentes, inclusive senhoras e crianças, de violenta agressão verbal e com arma de fogo empunhada e engatilhada, de calibre 38, por parte de um soldado da polícia militar lotado no 6.º BPM.

O policial conduzia um cidadão, que segundo informações de inúmeras pessoas que trabalham naquele local, tratava-se de um homem com limitações de capacidade mental, circunstâncias aparentes pelo modo com que reagia. O soldado, que conduzia o referido homem vestido de macacão de mecânico com mangas curtas e de cor azul com um pequeno pacote (provavelmente uma camisa) em baixo do braço, passou a torcer-lhe a mão, submetendo-o sob violentos golpes, ao mesmo tempo em que lhe desferia socos e pontapés, tapas e bofetões pela cabeça, atirando o indefeso ao chão e reiterando continuamente as agressões.

Ao ser repellido pela vítima, já ensanguentada, e pondo sangue pela boca, que protestava e chorava, procurando defen-

der-se do policial, este sacou de sua arma e engatilhou o cão, bradando que atiraria se reagisse. E o pânico foi criado ante a revolta de dezenas de pessoas e passageiros ali aglomerados.

Nesse instante este Deputado e outros presentes procuraram conter aquela brutalidade e injusta agressão e ameaça aos circunstantes, quando apontado o revólver ameaçou dizendo palavras de baixo calão e indagando "quem mais quer" e "alguém quer reagir"?

Os presentes recuavam e o policial recolocava a arma no codre e recomeçavam as agressões físicas contra o cidadão, mesmo tendo este Deputado se identificado. Sem sucesso nas gestões, fomos forçados a chamar uma equipe da polícia civil e militar, que em seguida vieram ao local.

Para espanto e indignação de toda aquela multidão presente, dois policiais com uma viatura, um moreno forte com altura aproximadamente de 1,75m e um loiro mais baixo e magro, estatura regulando a do soldado agressor, também magro, e com pele morena clara, altura aproximada de 1,68m, ao invés de por termo naquela revoltante cena, passaram a submeter o agredido pelos braços, tendo o mesmo caído sobre o pára-lama do veículo e se chocado contra a calçada, e atirado ao chão, manifestava sinais de convulsão, com gemidos longos e respiração apressada e corpo trêmulo, com contrações dos membros. (braços e pernas).

Neste momento, uma grande quantidade dos presentes passaram a condenar em voz alta os policiais, inclusive este Deputado que pedia para não baterem mais na vítima que já estava inerte ao chão, mas desarmassem o policial e acabassem com aquela violência. Revoltou-se o policial moreno e forte bradando aos berros "vá prá puta que pariu seu filho da puta", "quer tirar proveito para ganhar voto", etc., insurgindo-se para confronto físico com este Deputado, quando várias pessoas impediram. Como o tumulto se generalizou, tomamos o ônibus, que atrasara quase meia hora, e nada mais soubemos sobre os efeitos daquela deplorável cena que violentou a sociedade, dignidade e honra de muitos dos presentes.

O fato foi presenciado por senhoras de dois cartórios de Cascavel, pelo jornalista Mieczslau Surek do jornal "O Paraná", pelos funcionários de empresas locais, pelos motoristas (Antonio Valli e outro, do mesmo ônibus do horário de 23:05 horas), funcionária Augusta da Sul Americana de Transportes em Ônibus, por um oficial do Exército, por um outro soldado da Polícia Militar com farda de passeio, por policiais da polícia civil da 15a. S.D.P. de Cascavel.

Mesmo após ter deixado o tumulto a poucos metros de distância do ônibus que tomaria, este Deputado foi ainda ameaçado com agressivos gestos pelo soldado loiro, bradando palavrões e com a mão na arma procurando intimidar este Parlamentar por eventuais denúncias que formularia.

O fato causou profunda revolta e indignação dos presentes que pediam a este Deputado para tomar providências, em função do que promove-se este pedido para que as autoridades superiores tomem imediatas providências instaurando inquéritos administrativo e policial, para que a corporação não seja denegrida, nem o comando manchado pelos gestos de componentes da corporação, a exemplo das inúmeras denúncias contra agressões e violências cometidas por policiais militares em Cascavel, cujas providências até agora desconhecemos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado ofício ao Secretário do Interior solicitando que este determine a presença, nesta Casa, do Presidente da SANEPAR, para explicações sobre as atividades daquele órgão.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1981.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A presença do Presidente da SANEPAR nesta Casa justifica-se pelas necessárias explicações que deve dar a este Parlamento sobre as atividades do órgão que dirige. Entre outros fatos que suscitam nosso interesse destacamos a ampliação da rede de esgoto de Londrina. Foi firmado contrato entre a Prefeitura e a SANEPAR, onde a prefeitura assume 25% do custo total da obra. Para execução das obras foi contratada a empresa Mercado Promoções S.A., de Curitiba, que está com a responsabilidade de firmar contratos com os contribuintes. A Prefeitura, em vez de pagar os 25% à SANEPAR, que corresponderia a Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), está repassando esse compromisso ao contribuinte. Com razão, os contribuintes de Londrina não estão dispostos a pagar. Em contrapartida, a empresa Mercado Promoções S.A., segundo denúncias, estaria pressionando o contribuinte, alegando que caso o contribuinte não firme o contrato, a SANEPAR cortará o fornecimento de água. A SANEPAR não pode ser envolvida desta forma em transações deste tipo, com este caráter. Acreditamos, portanto, que os responsáveis pela administração da empresa devem dar explicações sobre estes e outros fatos do mesmo gênero para ressaltar a integridade desta empresa de economia mista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Ministro da Justiça, ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara Federal, manifestando descontentamento com referência ao propalado projeto de lei que aumenta de 420 para 500 o número de Deputados Federais.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1981.

a) PINTO DIAS

JUSTIFICATIVA:

A imprensa nacional vem divulgando informações a respeito do projeto de lei que pretende a ampliação de 420 para 500 o número de Deputados Federais. Infelizmente, são fatos como esse que sucessivamente vem ocorrendo em nosso País. No momento em que o Brasil vem degustando uma das piores crises de sua história, com o custo de vida aumentando desmesuradamente, com o povo sofrendo seriamente as consequências dessas anomalias, surge mais essa idéia que a nosso ver não trará benefício algum.

Ora, não se justifica nesta hora tão difícil, uma medida que viria apenas aumentar os gastos públicos. Não será um aumento de Deputados que irá solucionar a crise econômico-social na qual se encontra o País. Pelo contrário, deveríamos estar muito mais preocupados em poupar o erário público de despesas desnecessárias como essa.

Maior exemplo que temos são os Estados Unidos. Naquele país, que tem uma população bem superior à nossa, a Câmara dos Representantes tem mais ou menos 400 Deputados, sendo que há tempo não existe alteração alguma nesse número. Porém, lá, os cuidados são outros: é com a situação econômica do país, é com a condição de vida do povo.

Aqui, aqueles que estão preocupados com esse propalado aumento de Deputados deveriam estar preocupados é com os milhares de brasileiros que hoje estão perdendo o seu emprego não somente nas indústrias das grandes Capitais como também nas pequenas cidades do interior e na zona rural. Em virtude dessa verdadeira recessão econômica todo o País sofre. Até Curitiba já recebe as nefastas consequências dessa situação. Desde o início deste ano tem sido considerável o número de funcionários despedidos por dia em nossa Capital.

Na verdade, o que o Poder Legislativo necessita é de maior independência para poder pugnar pelos interesses maiores

da Nação. O QUE É PRECISO É QUE SE LHE PROPORCIONE AMPLAS PRERROGATIVAS. Só assim ele poderá cumprir o seu dever e alcançar o verdadeiro lugar que lhe é reservado pela Constituição que, num dos seus artigos, preceitua que os poderes devem ser harmônicos e independentes. Não é de número que estamos carentes, mas de prerrogativas.

Precisamos, pois, de um Congresso independente, com voz forte e respeitada, exercendo suas funções como um autêntico sustentáculo da liberdade. Somente assim ele poderá ajudar o Brasil a redescobrir o caminho do progresso, da justiça social e, além disso, poderá também ajudar a "fazer deste País uma verdadeira democracia".

Concordar com um projeto desses é esquecer-se de que milhares de irmãos brasileiros estão passando por sérias dificuldades — muitos sem emprego e outros tantos com um salário que mal dá para sustentar a família.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário das Finanças, Edson Neves Guimarães, no sentido de que seja modificada a Instrução SEFI n.º 697, de 5 de maio de 1981, no que se refere à adaptação de máquinas registradoras por empresas.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A presente Instrução, com prazo de 180 dias para entrar em vigor, introduz alterações na fita detalhe das máquinas registradoras, determinando a inclusão de novos dados. Ocorre que as máquinas registradoras hoje em operação, em sua maioria não comportam tais adaptações. Já, as que comportam, tais alterações representam o preço de uma nova máquina. Como o preço de uma máquina nova está em torno de 250 mil cruzeiros, a situação fica muito difícil principalmente para as pequenas empresas. A sugestão é que a Instrução seja modificada ou, em última hipótese, essa medida seja aplicada aos novos pedidos de autorização, respeitando-se o direito adquirido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário a constituição de uma Comissão Especial de Deputados, como integrantes de todas as bancadas para apurar no Município de Santa Helena, as arbitrariedades cometidas pelo Delegado da Polícia Oscar Pacheco dos Santos, o qual com a prática de coações, sevícias e maus tratos que vem impondo à população, tem recebido veemente protesto, inclusive de 05 (cinco) vereadores daquela Câmara Municipal que já, solicitaram sua substituição. A comissão deve ser composta por sete membros.

Requer, uma vez aprovado, seja com urgência constituída a Comissão para agilizar o processo de segurança no município, garantindo a necessária tranquilidade aos seus habitantes.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1981.

a) EDILSON ALENCAR

Apoio: José Domingos, Gabriel Sampaio, Lineu Turra, Antônio Facci, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Gabriel Manoel, Lázaro Dumont, Tércio Albuquerque, Airton Cordeiro, Valduga, Tadeu Lúcio Machado, Egon Pudell, Gernote Kirinus, José Tavares, Fiori Luiz, Adalberto Daros, Romero Filho, Túlio Zanchet, Trajano Bastos e Gilberto Agibert Filho.

JUSTIFICATIVA:

Em todos os municípios onde o aludido delegado estava cometeu uma série de tropelias, violências e achaques contra vítimas indefesas. Por alguns crimes praticados veio a ser conde-

nado pela Justiça, figurando no elenco desses crimes, emissão de cheques sem fundos, prisões ilegais, torturas em "pau de arara" e forçando presos a ingerirem óleo queimado, tão somente para arrebatados fisicamente e atemorizados pela ameaça, confessarem crimes que não cometeram ou a pagarem alto preço ao Delegado de Polícia.

Como as autoridades competentes, embora tendo vasta documentação desabonadora do delegado e mesmo assim continua omissa às denúncias, é que propomos o presente para a apreciação do Plenário.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 89/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de CAMPO BONITO, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu, com sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Campo Bonito.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

Apoioamento:

GABRIEL SAMPAIO, ANTÔNIO FACCI, AIRTON CORDEIRO, NELSON BUFFARA e PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

O número de signatários do abaixo assinado é altamente significativo da vontade popular em conquistar a autonomia política.

As razões sociais, econômicas e políticas, aduzidas pelos interessados são de molde a convencer da extrema necessidade de se criar o Município de Campo Bonito.

Região de intensa produção agrícola, com amplas possibilidades de encetar programas de natureza agro-industrial, dotada de população jovem e dinâmica, a capacidade de decidir sobre seus destinos será fundamental nos seus promissores projetos de realização coletiva.

A documentação em anexo diz bem das condições e requisitos que Campo Bonito ostenta, nos termos da legislação.

PROJETO DE LEI N.º 90/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de TURVO, com território desmembrado do Município de Guarapuava, sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Turvo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

Apoioamento:

GABRIEL SAMPAIO, ANTÔNIO FACCI, AIRTON CORDEIRO, NELSON BUFFARA e PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Turvo, no Município de Guarapuava, em face da sua localização geográfica e diante de todos os requisitos que a Lei Complementar n.º 1, de 09 de novembro de 1967, exige, de há muito está a merecer sua emancipação político-administrativa.

Os recursos econômicos de que dispõe, serão potencializados com a posse do poder de decidir sobre o seu futuro. Ali já se estruturou um núcleo urbano capaz de centralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com o peculiar interesse.

Portanto, a autonomia representará à população de Turvo, não apenas o reconhecimento de sua alta pujança, mas sobretudo funcionará como fator acelerador e liberador de todas as suas potencialidades econômicas, sociais, políticas e culturais, em benefício do próprio Estado.

PROJETO DE LEI N.º 91/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de CANTA GALO, com território desmembrado do Município de Guarapuava, sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Santa Galo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

Apoioamento:

GABRIEL SAMPAIO, ANTÔNIO FACCI, AIRTON CORDEIRO, NELSON BUFFARA e PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha esta propositura, demonstra o anseio dos moradores de CANTA GALO de ver seu Distrito elevado à alta condição de município, em razão do potencial econômico, social e cultural.

A emancipação política de áreas como a de CANTA GALO constitui ato inegavelmente acelerador do desenvolvimento em todos os setores da atividade.

Como centro autônomo das decisões políticas e administrativas, o novo município escolhe seus caminhos e assume sua identidade, em benefício do próprio Estado.

Portanto, Santa Galo muito receberá desta atribuição do Estatuto emancipador e, conseqüentemente, muito contribuirá para o progresso do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N.º 92/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato Rural de Jataizinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato Rural de Jataizinho é uma entidade sindical com sede e foro na Cidade de Uraí.

Foi constituída para fins de coordenação e proteção a representação legal da categoria. Estando já devidamente organizada e prestando relevantes serviços aos seus associados e familiares, elaboramos o presente projeto de lei, esperando que se lhe dê o devido apoioamento.

PROJETO DE LEI N.º 93/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica alterada a denominação de "Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES" para "FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA".

Art. 2.º — O art. 6.º, da Lei 6.407, de 11 de junho de 1973, passará a ter a seguinte redação:

"O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado do Planejamento, que o presidirá, e pelo Presidente da Fundação, como membros natos, além de três outros

membros nomeados pelo Governador do Estado, sendo um representante da Universidade do Paraná, oriundo de área a fim à Fundação, um da Associação Comercial, e um da Federação das Indústrias do Paraná”.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

Tomaz Edison de Andrade Vieira, paranaense ilustre; prematuramente arrebatado de forma trágica do ideal de servir, herdado do pai Avelino a fé inabalável no potencial da iniciativa privada, em sua contribuição para solucionar os problemas do Paraná. Exemplo disso aí está, nessa gigantesca obra do Grupo Bamerindus, que ele presidia com segurança e otimismo.

O Sr. Edison Vieira ambicionava criar um centro de estudos, um organismo ágil e eficiente, integrado pelas forças representativas dos diversos setores da sociedade, com o objetivo de debater os problemas econômico-financeiros do Estado e apresentar soluções concretas ao Governo.

Homem culto e sensível, Edison Vieira não era indiferente às preocupações estudantis; às carências do homem do campo, do comércio e da indústria, cujos reclamos ele queria fossem auscultados. Ao contrário, preconizava a necessidade de aglutinação de forças, que ele denominava “arquipélago de esforços”, para evitar a dispersão de iniciativas isoladas ou paralelas que, aos poucos, vão perdendo o vigor inicial e acabam por extinguir-se.

Nestas circunstâncias, duas finalidades se apresentam neste plano de lei: primeiramente, homenagear o ilustre paranaense, emprestando seu nome para designar uma fundação já existente, com objetivos paralelos ao seu ideal; depois, tecer modificações na Fundação IPARDES com o fito de ampliá-la e melhor adequá-la a seus objetivos, para se cumprir, dessa forma, o sonho desse vulto emérito do Paraná — sonho digno de ser vivido.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A incompetência do Governo na solução dos graves problemas fundiários brasileiros, tem sido o motivo principal que o levam a acusar a Igreja de provocar tensões sociais no meio rural do País. Quando todos sabem que aqui urge uma “Reforma Agrária Radical”, que resolva definitivamente o problema de nosso camponês, os que hoje indevidamente têm o mando deste gigante, continuam adormecidos não conseguindo, ou não desejando atender os reclamos justos de uma imensa parcela do nosso povo, que de há muito foi marginalizado de tudo e de todos, que são os trabalhadores rurais, posseiros, ou milhões de sem terra apesar de nelas trabalharem e provarem o engrandecimento do Brasil. Mas, o que preocupa os governantes deste País, não é exatamente o problema fundiário e sim o papel importante que a Igreja cumpre em nossos dias, o articulador de todas as questões que envolvem aqueles que nunca tiveram voz e nem vez no Brasil, isto é, os agricultores pobres, os operários e outras camadas de nossa sociedade, que sempre viveram no ostracismo, e que sempre foram usados como massa de manobra.

E, desta tribuna, hoje, queremos ressaltar que a Igreja está em seu relevante papel, deixando o púlpito, trocando-o pela praça pública, pela favela, pela fábrica, pela roça, onde juntamente com os que lá estão, vai discutir seus problemas e apresentar soluções adequadas; deixou de ser a defensora dos

poderosos para estar com os humildes, os desprotegidos não da sorte, mas por um capitalismo avassalador, que esmaga o homem, que o liquida não deixando que o mesmo viva com dignidade, com esperança de pelo menos poder alimentar seus próprios filhos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa afirmação desta tribuna, nesta tarde, é que continuamos onde sempre estivemos, junto dos que necessitam de nosso apoio, de nossa luta, estamos ao lado dos pobres e desfavorecidos, estamos com a Igreja que hoje abraça também esta causa, contra, naturalmente, os detentores do Poder, aqueles que hoje acusam a todos pois veem que seus dias estão contados, e que seus privilégios não mais serão mantidos.

E, mais uma vez então, temos que recordar o poeta: “vem, vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer”, e nós sabemos, a Igreja na sua sabedoria sabe que chegou a hora, e não mais espera, mas sim está a caminho, direcionando os acontecimentos, para que todos tenham as suas garantias de cidadãos e não marginais de um modelo econômico falido, que protege o capitalismo internacional, que protege grupos poderosos e que se esqueceu da meta principal de toda a humanidade, que é a realização do homem.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já viemos a esta tribuna manifestarmo-nos contra a dubiedade da política de eletrificação rural.

O Governo, ao mesmo tempo em que incentiva a formação de cooperativas de eletrificação rural, pertinentes à formação de cooperativas de eletrificação rural.

Este problema já foi levantado em várias comissões, Sr. Presidente; inclusive na CPI do Cooperativismo que ainda não chegou a seu termo. E recentemente, com o esforço e o sacrifício de homens responsáveis, fundadores praticamente e pioneiros do Município de Capitão Leônidas Marques, em conjunto com a Federação de Agricultura do Estado do Paraná, do INCRA e da CECOERPA. Instituíram legalmente a Cooperativa de Eletrificação Rural, do Município de Capitão Leônidas Marques. Com jurisdição aos Municípios de Catanduvas, Três Barras e Quedas do Iguaçu.

Entretanto, Sr. Presidente, por razões de natureza comprovadamente política e eleitoral, a Direção da COPEL está permitindo que funcionários seus vão aos meios de comunicação de Capitão Leônidas Marques e através de pronunciamentos, está desestabilizando a Cooperativa de Eletrificação Rural de Capitão Leônidas Marques. E sabem Vossas Excelências, Srs. Deputados, a razão exatamente porque a Presidência e os cargos executivos dessa cooperativa estão nas mãos de competentes do Partido Democrático Brasileiro, do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. E uma das questões que se levantou perante a população, foi de que, através do seu prefeito, nas conversas e nas reuniões, mantidas no interior do município, o próprio prefeito vem dizendo que todos os atos praticados pela Cooperativa vão ser anulados pela presença da COPEL.

Estivemos junto com os Diretores, Sr. Presidente, a COPEL no mês de junho, quando o ato público se verificou e um dos diretores da área da COPEL, desta área, nos assegurou que a COPEL não invadiria aquele território pertinente à instalação do sistema através da Cooperativa.

E nesses dias, Sr. Presidente, a COPEL, com o seu aparato e com o seu poderio, está invadindo a área, desestabilizando e criando um problema de natureza moral, para os instituidores

da Cooperativa. Homens que puseram dinheiro seu, economia particular para viabilizar a eletrificação rural, porque até agora a COPEL tem feito demagogia; porque não é eletrificação de força, mas sim apenas, iluminação, no interior, Sr. Presidente.

Quero deixar aqui, a manifestação não só dos companheiros de Partido, mas de toda aquela diretoria e de todos os associados da Cooperativa. Esta veemência com que falo desta tribuna, Sr. Presidente, são os gestos de revolta que eu ouvi pelo telefone, por mais de duas horas, hoje de manhã em meu gabinete.

E deixo aqui, Sr. Presidente, este protesto para que a COPEL tome providência e aja com descência e com respeito, na eletrificação e no respeito também aos acordos já firmados pela companhia e pela Cooperativa de Eletrificação, lá implantada.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Com a palavra o nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, estamos encaminhando à Mesa um requerimento endereçado ao Secretário do Interior, pedindo que determine a presença do Presidente da SANEPAR, nesta Casa, para explicações sobre as atividades daquele órgão, porque em Londrina, a Prefeitura firmou um contrato com a SANEPAR para ampliação da rede de esgotos, num total de 28 mil novas ligações, e a Prefeitura arcava com 25 por cento do custo da obra, no montante de 507 milhões de cruzeiros.

Ocorre que a Prefeitura quer repassar esses 25 por cento para o lombo do contribuinte, e contratou a firma Mercado S.A., de Curitiba, para pressionar os contribuintes a assinarem o contrato, sob a alegação de que, se não o fizerem, a SANEPAR corta o fornecimento de água.

Como a situação em Londrina é insustentável, é que nós estamos encaminhando este requerimento, pedindo a presença, nesta Casa, para explicações do Presidente da SANEPAR.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo Federal, governo ilegítimo uma vez que chegou ao poder sem o respaldo popular, continua brincando de gato e rato com a sociedade brasileira. A reforma eleitoral virou uma casa de joana, com o Governo sem saber o que fazer. Os militares que tomaram o poder à força das baionetas em 64, já mostraram que são incapazes de dirigir o País no campo sócio-econômico. E agora, visando se perpetuar no trono do Palácio do Planalto, usa de casuísmos condenáveis, protelando a reforma eleitoral, como se o nosso povo fosse trouxa, como se todos nós fôssemos trouxas. Eles não querem o debate político no rádio, na TV e nos palanques. E por isso já estão inventando fórmulas milagrosas, mas a sociedade brasileira já se definiu: quer eleições limpas, para mudar as estruturas. Esse Governo que aí está, já teve 17 anos para fazer deste País um País forte economicamente, respeitado socialmente, mas não tem competência para isso. O golpe de 64, que foi feito para acabar com a corrupção e com a subversão, vê hoje que a visão de 64 era estrábica, caolha. Hoje o Brasil é o paraíso da corrupção. Corrupção deslavada, que envergonha a todos nós brasileiros que amamos esta Pátria. Hoje, o Governo busca novas táticas de despistes, para envolver a classe política no assunto político-institucional, para não abordar os problemas sociais e econômicos, hoje, gravíssimos, pois o povo continua morrendo à míngua, sem o mínimo de assistência.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, devo dizer que conheço profundamente o padrão de atuação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, e sei que seus diretores seriam incapazes de agir dolosamente, conforme afirmou, da tribuna, o Deputado Fidelcino Tolentino.

Ainda assim, respeito Sua Excelência. Traremos amanhã, pela Liderança do Governo, os esclarecimentos necessários e a resposta ao pronunciamento feito, anteriormente, da tribuna desta Casa.

Treze Prefeitos de capitais brasileiras, estiveram ontem em Brasília, fazendo gestões junto ao Presidente da Comissão Nacional de Energia, o vice-Presidente da República, Aureliano Chaves; junto ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência, Ministro Leitão de Abreu, liderados pelo Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner. Esses treze Prefeitos estão à cata de uma solução para o transporte coletivo, nos grandes centros urbanos do País, a fim de que haja, se não o congelamento das tarifas desse meio de transporte - o que realmente nos parece um pouco difícil e até irreal - pelo menos certas isenções no fornecimento de diesel que seria vendido a custo real de processamento, às empresas que operam no setor de transporte coletivo.

Queremos manifestar o nosso integral apoio a esta tese, por entendermos que se trata de uma questão eminentemente social e que requer uma solução menos técnica e mais política. E a solução política é sempre carregada de um forte conteúdo social.

Planejar com vistas ao homem não significa apenas manipular números e planilhas, mas perceber que há valores que não são quantificáveis e benefícios que são intangíveis.

É esta a visão que deve prevalecer na discussão que ora se desenvolve em termos de barateamento de transporte coletivo das grandes cidades.

Já disse anteriormente, e reitero, não se pleiteia um novo subsídio. O que se quer é a isenção de taxas, de impostos e o fornecimento do diesel, pelo custo real do processamento.

É o mínimo que se pode esperar, para um serviço essencial como o transporte coletivo, cujo preço vem se constituindo em item de extraordinário peso, no orçamento da massa trabalhadora e que, por sua natureza indispensável, vem causando excessiva preocupação à população que precisa de ônibus para trabalhar, para produzir, para desenvolver este País e que, hoje, não encontra meios, nem sempre, para pagá-lo.

Não podemos fechar os olhos para tão angustiante situação. Sabemos que as insatisfações, hoje, em função da crise econômica, se avolumam, principalmente nos grandes centros. E deixar a questão do transporte a nível exclusivamente dos números frios e das planilhas que não falam, é esquecer o objetivo primeiro para o qual o transporte foi criado: atender a população.

A exclusão desta questão de análises sociais mais profundas, significa a perda da finalidade deste serviço público.

Portanto, formulamos, aqui, o nosso apoio à tese dos treze prefeitos das capitais brasileiras, que encabeçados pelo Prefeito Jaime Lerner, foram a Brasília, ao mesmo tempo em que apelamos à consciência dos homens do Governo Federal, para que tomem, realmente, pé da situação e entendam a aflição, a angústia e a necessidade da população deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos trazer ao conhecimento desta Casa, hoje, mais um dos inúmeros casos de conflito em torno da posse da terra, existente em nosso Estado, e que redundaram, em

outras ocasiões, em violências com consequências desastrosas e cuja solução não foi encontrada até o presente momento, apesar de o IBRA, INDA, INCRA, "Incravado" e tantos outros órgãos.

O caso de hoje situa-se no Lote Grande do Município de Foz do Iguaçu, e queremos, a partir deste exemplo concreto, dessa iminência de violência que lá está para acontecer, responder, ao mesmo tempo, as acusações injustas que vêm sofrendo os setores da Igreja que estão engajados junto às bases sociais do nosso País.

Mas, voltando ao nosso caso do Lote Grande: são, no seu total, 17 famílias que, desde 1962 ali se instalaram pacificamente, na condição de posseiros; vinham comprando o direito de posse que fora instalado já antes de 62; inclusive torna-se imperioso destacar neste momento em que tratamos de tão delicado assunto, que, um dos posseiros - inclusive presente nesta Casa, o Sr. Afonso Vieira da Silva - obteve um prêmio de produtividade, consignado pela ACARPA, neste ano, no ano de 1981. Só este fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fornece o atestado do alto padrão técnico, da capacidade técnica, do domínio de "know-how" que têm esses posseiros naquela área, embora na condição de posseiros que os coloca na situação de não serem beneficiários de créditos agrícolas, conseguem altos índices de produção, recebendo prêmios dos próprios Órgãos do Governo do Estado do Paraná, mas, que nos autos da Justiça são considerados depredadores, são considerados invasores, são considerados ervas daninhas quando o próprio Estado lhes reconhece a grande contribuição que trazem à sociedade, à agricultura brasileira tão carente dos produtos de primeira necessidade. São exatamente esses, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os que estão sendo ameaçados hoje sob a força da lei, de, despejo de suas posses, que conquistaram com comprovada dedicação, com alto índice de produção, aquele pedacinho de chão, aquele pedacinho de terra de onde tiram o sustento para si e sua família, e também contribuem para alimentar o povo desta Nação. Se já não bastassem os dados alarmantes de desemprego neste País, soma-se o fato de, neste País-Continente termos milhões de desempregados ao lado de milhões de hectares de terras sem produzir, e, ao mesmo tempo, antevemos a falência da agricultura aliás, já denunciadas pelas constantes importações de alimentos, de produtos de primeira necessidade. Só esses fatos, nos sensibilizam, no sentido de requerer, por parte desta Casa ao Governo do Estado do Paraná bem como ao Poder Judiciário, a complacência, a benevolência a essas 17 famílias residentes e ocupantes do Lote Grande, em Foz do Iguaçu, que estão ameaçadas de despejo sob força policial, recentemente requerido junto ao Tribunal de Justiça do Estado. Que não se conclua mais este ato de violência, mais esse atentado contra o povo trabalhador brasileiro. Por princípios naturais de sobrevivência inclusive ou a talvez até em defesa da justiça social, essas 17 famílias estão decididas a resistir à força policial, se assim for preciso, para defender aquilo que conquistaram com suor e com trabalho. Não podemos imaginar as calamitosas consequências que daí poderão advir, mas por certo ocorrerão fatos que, se usarmos o bom senso podemos evitar ainda agora. Há chegado o momento em que a razão, o racional se nos impõe a tarefa de nos debruçarmos sobre a situação com suor e com trabalho. Não podemos imaginar as calamitosas consequências que daí podem advir, mas por certo ocorrerão fatos que, se usarmos o bom senso, podemos ainda agora evitar. É chegado o momento em que a razão, o racional se nos impõe à tarefa de nos debruçarmos sobre a situação delicada que na realidade não passam de situações de terror, espelhadas pelo Brasil todo, por esse continente agrícola, pois a tortura que o atual regime impõe, não somente a essas famílias, mas a milhares de trabalhadores brasileiros, principalmente do campo, é a opção entre a morte na resistência à violência das armas ou a morte paulatina pela fome nas favelas das grandes cidades.

É chegado o momento em que o Estatuto da Terra, os órgãos encarregados da Reforma Agrária, tenham combate definitivo a esse mal maior, a este latifúndio da morte que reina em nosso País, em nossa História. O que estamos assintindo é o imperar da violência sobre as palavras ocas de muitos políticos que costumam se eleger nos mais diferentes postos à custa da distribuição dos títulos de terra, cuidadosamente medidos a conta-gotas, para que sempre haja, em vésperas de eleições, ainda novos títulos a serem distribuídos.

Enquanto que o latifúndio se alastra, a miséria aumenta, se perpetua, o desemprego aumenta, a fome faz nascer àqueles indivíduos ideais que o atual regime gosta de governar.

Tem o aparte o nobre Deputado Valduga.

O Sr. Valduga — Estou solidário no sentido substantivo da coisa, de que realmente o Direito Privado às vezes cria situações como essa, como o despejo de que o nobre Deputado discorre. Mas acontece que o Código Civil e o Código de Processo Civil não são desse Governo, são mais antigos e a questão que Vossa Excelência está discutindo, é uma contenda judicial.

Daí porque em se atribuir - em muitas das vezes eu me alio às condenações que possam ser feitas ao Governo como também não posso deixar de reconhecer os benefícios e as coisas bem feitas que devem ser soerguidas, mas eu não posso compreender que essa Assembléia venha a debater uma questão que é meramente judiciosa. Foge à nossa competência, à nossa capacidade, a não ser de que estejamos aqui apenas para falarmos de coisas impossíveis. Esta Assembléia não tem competência nem capacidade de decisão sobre algum problema dessa natureza.

Sabe Vossa Excelência que quando o Instituto Nacional de Reforma Agrária inúmeras vezes e no sudoeste sobretudo tem agido e agido bem. Daí porque acho que não procede se jogar o problema de nacional, continental, é realmente e pude ver com toda isenção, de que se trata de um problema judicial. Isso é um problema de advogado, de competência profissional, de Direito, meramente. Acho que a matéria até é bem estranha a esta Casa.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Deputado, infelizmente eu não concordo com Vossa Excelência, porque se aqui nós devemos calar sobre o que acontece no Judiciário, assim também querem nos impor de calar sobre o que acontece no Executivo. Eu acredito que a palavra ...

O Sr. Valduga — O Judiciário é um poder autônomo, independente e a sua decisão é soberana.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Poderemos discordar e expressar livremente a nossa discordância, inclusive sobre medidas judiciais, sem no entanto que nos compete a julgar nesse sentido, que é somente deles.

Agora, discordar podemos. Além disso eu acredito que nós estamos discordando de um lado judicial, estamos pedindo inclusive, solicitando clemência com todo o respeito que temos ao Poder Judiciário. Porque estamos aqui acusando exatamente a demora do INCRA que ficou muito tempo perdido no Amazonas para tratar de uma colonização que declarou definitivamente falida e deixou os nossos casos aqui no Paraná completamente em abandono.

E inclusive nós temos o direito de falar aqui pelo imperioso Estatuto da Terra criado pela Revolução de 64, mas que na prática também se encontra falido pelos fatos que aí estão.

Além disso, gostaria de, no transcorrer do meu discurso, mostrar exatamente o equívoco que têm certos Parlamentares do PDS, como o Sr. Jarbas Passarinho ao acusar a Igreja quando toma posições nesse sentido.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um apar-

te?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Concedo o aparte ao nobre Deputado Tércio Albuquerque e solicitaria que fosse breve que o assunto é bastante extenso.

O Sr. Tércio Albuquerque — Caro Deputado Gernote Kirinus, muito mais do que Vossa Excelência nós conhecemos a problemática do Lote Grande no meu município. É um caso e que de há muito vem sendo discutido na Justiça e que nós que representamos o Poder Legislativo e mais especialmente neste caso, a cidade de Foz do Iguaçu, nós fizemos o que podíamos. Nós, muitas vezes dialogamos com o INCRA e até mesmo com os proprietários da terra e com os legítimos homens que sofrem e que plantam no dia a dia, Lote Grande, que deles aqui estão vários em nossa frente e neste plenário.

Entretanto Vossa Excelência já vem arrogantemente acusando o Governo, quando o caso é eminentemente judiciário. O que nós podemos é apelar como disse Vossa Excelência, até clemência à Justiça. Apelar em benefício desses homens pobres, das mãos calosas, que cuidam, que têm os seus familiares, mas entretanto Vossa Excelência já levou para outro caminho dizendo que políticos em época de eleições andam distribuindo títulos de terras juntamente com o INCRA.

Será que Vossa Excelência também no seu pronunciamento não está querendo proveito eleitoral? Porque se nós todos, sem atacar alguém e não precisa a Oposição atacar o Governo, nem o Governo a Oposição, pedindo as mãos, a união em benefício desses homens, será que não seria mais produtivo Deputado Gernote Kirinus, e nós estamos aqui não quero ferir Vossa Excelência porque eu o conheço como Parlamentar honrado e digno da minha região. Entretanto, dizer a Vossa Excelência que em benefício desses homens será melhor Vossa Excelência pedir o nosso apoio e não nos jogar pedras!

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, Vossa Excelência não entendeu o teor do nosso pronunciamento, que acusa inclusive o regime atual, que tece críticas sobre a morosidade do INCRA e faz um apelo ao Judiciário.

Acredito que quando me referia a políticos que se utilizavam da desgraça desses posseiros do Paraná afora, na distribuição de títulos para as campanhas eleitorais, tenho tido vivências próprias na região toda. E estamos aqui tratando de defender não somente esses posseiros. Existe na região toda, Santa Helena, temos a fazenda Fantasma que está aí na Justiça; temos o caso da fazenda Sete Pecados e temos diariamente neste País as mesmas situações ocorrendo nas mesmas circunstâncias em que as leis são interpretadas sempre a favor do mais poderoso e contra o oprimido.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Kirinus, fiquei apreensivo com a posição do Deputado Valduga, a quem tenho um respeito muito grande por ser um tutor de estudo de Direito. Entretanto, a situação não está em jogo quanto à competência de se julgar o problema do Direito Privado. Aqui ocorreu uma outra situação. É que o Direito Privado, colocado da forma como foi na Justiça, criou um clamor social e este, gera um estado de Direito Público. E o Direito Público tem que ser trazido à esta Casa para ser discutido. Aqui se discute exatamente o problema do Direito Público. É Direito Constitucional, é Direito Administrativo, cuja competência, na crítica para as reformas de natureza política e institucional, esta Casa é competente.

É neste campo. Não é invadindo a área do Poder Judiciário, não. Mas o Poder Judiciário, muitas vezes, é levado e laqueado a determinados julgamentos que, na maior parte das vezes, como é o caso presente, cria um estado de necessidade da presença do Direito Público e, principalmente, do organismo que representa o pensamento da sociedade, que é o

Poder Legislativo.

Quanto ao INCRA, Deputado, INCRA é um lamento neste País. É o grito de dor do agricultor. O INCRA representa o estado de espírito do sofrimento do povo da agricultura brasileira. O INCRA é responsável, inclusive, pelos desmandos que estão acontecendo no interior. As áreas desapropriadas ou recomendadas para um ajuste de natureza social, são entregues para aqueles poderosos, como está acontecendo num caso em Cascavel, numa área da Gleba São Francisco, cujos expropriados receberam a convalidação do título de propriedade e foram expulsos os posseiros.

Isto é um absurdo! Isto é um capitalismo selvagem de que tantos homens do Governo falam, mas para as paredes de concreto que têm se feito neste País para os gabinetes suntuosos e nada mais. Parabéns a Vossa Excelência e esta Casa tem competência para discutir os assuntos de natureza social, que implicam no Direito Público.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o seu aparte, nobre Deputado, principalmente o apoio que traz ao nosso pronunciamento e diria, como Vossa Excelência, que a Lei à qual esta Casa está encarregada de criar, é a serva da Justiça. E a Justiça é a serva do homem. Portanto...

O Sr. Valduga — Deputado, sinto-me na obrigação de pedir mais um aparte.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Gostaria de continuar... Já tenho vários Deputados inscritos...

O Sr. Valduga — Peço minha inscrição na sequência.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Se Vossa Excelência me perdoe, gostaria de continuar com o meu discurso, apesar do impedimento que possa haver que não caberia a esta Casa. Em todo o caso...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em assunto referente a problemas de posse de terra, a Igreja tem se manifestado constantemente. A Igreja tem se mobilizado e sempre se colocado a favor daqueles que de fato trabalham a terra. E esta mesma Igreja está sendo censurada...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida... pelo Senador Jarbas Passarinho, dizendo que a Igreja está criando uma situação que pode resultar num "banho de sangue".

Diz ainda nesta reportagem de que o problema de terras se resume a de quem chegou antes. Uns chegaram antes do que os outros. Pelo menos neste tocante o Senador Jarbas Passarinho haverá de, por força de coerência, colocar-se ao lado dos lavradores do Lote Grande. Pois em sua forma simplista de ver analisar este tipo de coisas, de quem chega antes, nós temos a certeza de que quem chegou antes, foram realmente esses posseiros. E diga-se mais, não simplesmente para ocupar a terra de forma egoísta e individual, mas para cultivá-la e fazê-la produzir.

Portanto, perguntamos ao próprio Senador Jarbas Passarinho: — Quem está de fato querendo invadir a propriedade de quem? Mas continuando, em sua análise das posições da Igreja, a acusa impiedosamente de Marxismo. É mais um daqueles que só enxerga dois mundos: o comunismo e o capitalismo. Porque Marx, diz ele, é quem declara que não há salário justo. Logo, quando a Igreja diz que quando passa da família para o outro já é terra de exploração, é porque é que ele está atribuindo em qualquer salário, a existência da mais valia. Está sendo apropriado pelo empregador; e a exploração do homem pelo homem, está institucionalizada. E acusa assim dizendo: — A concepção de de Itaiçi portanto é marxista na sua ênfase. Peca e comete uma grande injustiça para com a Igreja. Porque nós sabemos, que em relação a salários, nós temos referências bíblicas, desde o antigo testamento. E também a temos no Novo Testamento, enquanto Marx ainda não existia.

Nós temos, por exemplo, “Deuteronômios 15, 12-14. “onde se fala na indenização por tempo de serviço. Absorvido depois na legislação em quase todo o mundo ocidental.

Nós temos depois em Deuteronômio 24, — “A pontualidade em pagar o salário a quem precisa, e segundo as suas necessidades e segundo a sua capacidade”. Nós temos em Deuteronômio 24,10, o Direito da inviolabilidade da casa do trabalhador.

A obrigação de deixar para o pobre e o estrangeiro, a parte da colheita; o uso e o descanso da terra de 7 em 7 anos. A libertação dos escravos, neste ano sabático. A proibição de empréstimo a juro e com usura, em Levíticos, 25, por exemplo.

E assim poderíamos citar várias referências muito anteriores a Marx, a respeito de salários e que denunciaram através da história do povo de Israel, do povo de Deus, as injustiças cometidas.

A finalidade dos mandamentos a qual a Igreja se estriba, nas regras da lei, é criar uma sociedade, igualitária e justa. E como apesar deste ser objetivo da Lei, na história concreta dos homens, os mais fortes e poderosos tendem sempre a oprimir os pequenos, a Lei percebendo que certamente nunca faltarão pobres neste País, prescreve várias normas que nenhuma legislação antiga, tinha pensado. E tudo isso, tem sempre uma motivação, um espírito geral, que é que nós lemos em Levíticos, 26: — o objetivo é: “Lembrem-se que vocês eram oprimidos e estavam escravos no Egito, e eu quebrei as cadeias de vocês para que saíssem de cabeça erguida”.

Todas essas referências do êxodo, da história da libertação do povo de Israel, são os fundamentos teológicos e bíblicos, que acalentam a teologia da libertação que hoje está em voga na América Latina. E queria dizer que esses são princípios comunistas, é um atestado de burrice, para quem nem sequer leu Marx e muito menos a Bíblia e a teologia. Foi conforme estas Leis que as várias tribos de Israel, muito antes de Marx, continuo acentuando, fizeram como primeira coisa, assim que chegaram no país, uma distribuição de terra a cada tribo, e até para cada família. Uma autêntica reforma agrária, ali também já temos no contexto histórico da Bíblia. Nos livros de Josué, dos Juízes, lemos que “para o povo conseguir fazer essa distribuição de terra e mantê-la, não foi fácil, tiveram que lutar contra reis e poderosos, grandes proprietários, que depois de 200 anos em que o povo ocupava a terra, invadiam e queriam tomá-la dos mais pobres”.

Portanto, o Senador Jarbas Passarinho, ao querer impingir aos setores da igreja, filosofia Marxista, mostra que não conhece a real motivação teológica da Igreja; não conhece nem sequer a teologia dos pais da Igreja, da história da igreja, como por exemplo Chrisostomus, em 354 a 407, depois de Cristo, já dizia “que o mal está com aqueles que querem ser donos de tudo. E, quando se diz o único genitor de todas as suas riquezas. Toda propriedade deveria estar orientada na função social, e dispensaria o conceito de propriedade privada”.

Portanto, não foi só Marx quem disse que a propriedade privada é um roubo. Os próprios santos, Chrisostomus da antiga Igreja, antes de Marx, muito antes de Marx. E cito mais um, Ambrosius: “a natureza oferece todos os homens, os bens para uso comunitário, pois Deus deixou crescer tudo o necessário para o homem, para que cada um alcance alimentação comunitária. E a terra, — diz Ambrosius — também foi destinada ao uso coletivo. Assim, a natureza criou a propriedade coletiva, como direito natural. No entanto, a usurpação fez dela um direito privado”.

Isso não é Marx, segundo Jarbas Passarinho, mas isso são palavras de Ambrosius, que viveu também nos anos 300 a 400, depois de Cristo.

Poderíamos ir adiante, poderíamos citar Lutero, inclusive, o homem da reforma das igrejas, quando diz: “Limite o conceito de propriedade, com a responsabilidade que ela traz.

O que não está a serviço do homem, está sob o signo da corrupção”. E com isso, emite um conceito filosófico, também em relação à propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa lembra ao nobre orador, que resta um minuto do tempo concedido a Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS — E concluo, Sr. Presidente.

Lamento não poder atender a todos nos apartes, e peço escusas, e concluo Sr. Presidente.

A realidade que hoje aqui temos, e que trouxemos ao conhecimento desta Casa é bem uma prova de que a igreja tem razão.

Mas, qual é o alvo do Sr. Jarbas Passarinho?

O alvo é dividir. Porque sob a égide do “divided et gaudet” é que eles querem triunfar mais uma vez.

A luta de classes não existe porque a igreja quer; ela é alheia à vontade da igreja. É a igreja que vê com profunda tristeza essa guerra infinda, entre posseiros e latifundiários, entre trabalhadores e o capital, entre opressor e oprimido.

Estão aí os fatos concretos que nos chamam a uma tomada definitiva, porque é o próprio livro de apocalipse que nos impede de uma posição em cima do muro, quando diz: “Porque sois morno, não sois quente nem frio, eu os vomitarei da minha boca”.

Portanto, a igreja já fez a sua opção, e concluindo, pergunto, Sr. Presidente: “de que lado ficarão os que tentam o Poder, os detentores do Poder neste caso concreto dos posseiros de Foz do Iguaçu?”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usará da palavra o nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Presidência não pode admitir que usem a verdade como pretexto para se promover a desordem, neste plenário. Como disse, certa feita, um advogado francês, ao defender Champolion, de uma acusação. Esse advogado afirmou o seguinte:

“Trago a este tribunal a minha cabeça e a minha verdade. Vós podeis dispor de uma, depois de ouvir a outra.”

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho inclusive convicção formada, de que este não é o local para se acusar levemente, uma pessoa.

Tenho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a convicção pessoal de que este não é o local apropriado para proferir injúrias, calúnias, difamações, contra a pessoa de quem quer que seja. Mormente, e principalmente, contra a pessoa de um Deputado.

Entendo que este é o local adequado para defender, com dignidade, os interesses do povo do Paraná.

Entendo que este é o local mais adequado para defender os mais elevados interesses do Estado. Nunca para valer-se de um momento de violenta emoção para assacar inverdades, calúnias, contra a honra de uma pessoa, que nada mais tem feito, ao longo desta vida, a não ser se comportar com retidão, com dignidade, com honestidade, em todos os momentos de sua vida.

E ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando aqui estávamos cumprindo com o nosso dever de fiscal do povo, de advogado do povo, de representante do povo, denunciando uma coisa que continuamos a entender imoral, que são essas aposentadorias recentes do Tribunal de Contas, que foram deferidas com base numa lei, geradas com base numa emenda, sobre a qual já discorreremos bastante, neste Parlamento, e sobre as quais haveremos continuar a falar, enquanto esse assunto não for de-

vidamente solucionado.

Mas, não esperávamos, de forma alguma, apesar de conhecermos, e muito bem, a pessoa e a vida do Deputado Erondy Silvério, que fôssemos violentamente agredidos de maneira injusta, por razões que, daqui para frente, haveremos de fundamentar.

As colocações que fizemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na tarde de ontem, foram exclusivamente de ordem política. Em momento algum, e estão aqui as notas taquigráficas do meu pronunciamento, que é um direito de qualquer Deputado requerê-las, junto à Secção de Taquigrafia, para analisá-las, em momento algum, ofendi a pessoa de qualquer Deputado, nesta Casa.

Em momento algum, eu me dirigi à pessoa física, individual de quem quer que seja, nesta Casa.

Quando fiz afirmações, fiz no sentido político, quando analisei comportamento de Deputados do PDS, eu o fiz com base em experiências que todos nós temos e em especial este Deputado tem com relação a comportamentos de Deputados do Governo; não falei da honra, da pessoa, da vida de ninguém, analisei pura e simplesmente, comportamentos políticos. E, em resposta, o que recebi? Recebi agressões, calúnias, ameaças de morte — ameaças de morte — e, de forma alguma — de forma alguma — ou não sou digno do nome e do mandato que exerço, poderia me silenciar porque, quem cala, consente e um homem que tem a convicção e a certeza de que a sua vida é um livro aberto, desafio a quem quer que seja, até hoje, para trazer uma mancha só, uma nódoa só contra a minha pessoa. Agora, eu compreendo que, realmente, nesta Casa não é lugar para fazer ataques pessoais, compreendo, sei que inclusive aqui não é o lugar por exemplo, para afirmar de que, certa feita, eu como Delegado de Crimes contra a Fazenda Pública, aqui na Capital presenciei, se não me engano no ano de 1971, na condição de Delegado de Crimes contra a Fazenda, juntamente com meu Superior, Dr. Eloy França, meu então Titular, juntamente com o então Delegado Ozias, da DOPS, juntamente com o Dr. Ernesto Emir Kugler Batista então, Diretor do DRI, e mais uma dezena de policiais, fomos, eu recém nomeado Delegado, cercar a firma PAVEMA desta Capital, para prender em flagrante o seu proprietário, Deputado Erondy Silvério, sob a acusação — não sou eu quem o está acusando — sob a acusação de crime de sonegação fiscal! E notem bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em momento algum este Deputado usou deste conhecimento pessoal, para tentar jogar contra a pessoa do Deputado Erondy Silvério, mas, na medida em que as posições se invertem nesta Casa, na medida em que a minha honra foi atingida pelos seguintes termos das notas taquigráficas, pronunciados pelo Deputado Erondy Silvério; ele analisa que, de um lado, o Deputado Dácio Leonel de Quadros se comportou de maneira regimental e elegante, no que eu concordo; e, quando se referiu ao nosso comportamento ele disse o seguinte: “Os Anais registraram a lisura do comportamento do Deputado Dácio Leonel de Quadros; o outro (referindo-se a mim) usando um linguajar de sargento (aliás eu não tenho nada contra os sargentos, há muitos sargentos honrados neste Paraná), o Deputado José Tavares, ex-Delegado de Polícia (com o que eu sempre me honrei, eu sim fiz com muita honra, o exercício profissional de Delegado), torturador de presos” e eu exijo provas, nobre Deputado, provas que tanto Vossa Excelência fala. “... violento, truculento, arbitrário, quer transportar a sua truculência policial para este Parlamento”. Mais à frente ele diz o seguinte: “que diga ao Delegado torturador de presos, torturador dos Direitos Humanos...” são afirmações, “Delegado que foi solicitado por um Deputado desta Casa, a sua remoção da Delegacia de Londrina, Deputado que aqui está presente” e que ele não disse o nome e eu digo, Dácio Leonel de Quadros, “... pediu ao Governo do Estado, a remoção deste Delegado, porque ele era indigno, porque se aproveitava da força para tor-

turar e para violentar. Isto é imoral, Sr. Presidente, usar da força contra pessoas indefesas, isto é imoralidade”.

Respondendo a essas afirmativas do Deputado Erondy Silvério, e de outros Deputados que sem conhecimento de causa disseram que eu havia sido expulso da Polícia, eu vou ler, Sr. Presidente, um trecho da carta que eu enderecei ao Secretário de Segurança Pública, General Alcindo Pereira Gonçalves, pedindo a minha exoneração em 1977 e que consta dos Anais desta Casa, que na época foi inclusive transcrita, porque o Deputado Osvaldo Macedo lera na sua íntegra para os Senhores Deputados daquela época.

Apenas um trecho que diz o seguinte:

“Um dia, em viagem a Londrina e Bela Vista do Paraíso, fui procurado pela TV Coroados que insistia para que eu falasse sobre os “Crimes Insolúveis” de Londrina.

Falei, disse apenas a verdade. E mostrei que nem todos são insolúveis.

Vossa Excelência, Secretário de Segurança Pública, no entanto julgou que eu merecia ser punido por ter dito a verdade.

Suspenso por 10 dias, destituído do cargo na Delegacia de Vigilância e Capturas e recolhido às funções decorativas na polícia civil, meu ânimo começou a se abater.

Os sonhos se desvaneciam e a realidade se desnudava ante a minha perplexidade.

E daí então é que realmente pude perceber que tudo aquilo que eu havia construído com sacrifício, suor e até lágrimas, não passava de um simples “castelo de areia”.

Que maior humilhação, Senhor Secretário, poderia ser impingido a um homem formado no trabalho e na vergonha, do que ver-se punido e atirado a um canto como um parasita?

Felizmente, Excelência, restava-me a força da consciência tranqüila, a certeza inquebrantável do que eu tudo fizera para engrandecer a Polícia e dar ao nosso Estado o clima de segurança tão ansiado pela nossa gente.

Nesta situação eu me encontrava, no dia em que uma Comissão de amigos de minha cidade natal, Bela Vista do Paraíso, veio a Curitiba buscar-me para uma candidatura a Prefeito pelo MDB.

Resolvi aceitar. Licenciei-me e voltei à minha terra, que muitos diziam ser “a terra do Governador” e aqui quando voltei, recebi o seguinte:

“Você foi se candidatar na terra do Governador, agora vai ter que arcar com as conseqüências”, foi a primeira advertência que recebi.

Requeri licença por dois anos — que era um direito, sem vencimentos, e Vossa Excelência, no entanto, me negou.

E hoje estou designado para assumir a Delegacia do longínquo Município de Santo Antônio do Sudoeste, na fronteira com a Argentina. Promoção ou perseguição?”

No entanto, Vossa Excelência designou-me para a área de fronteira, a mil quilômetros de minha mulher e de meus filhos. Designou-me Vossa Excelência para um município onde, eu saiba, nunca serviu um Delegado de carreira.

A família ou a Polícia?

O ideal ou a subserviência?

Fico com a família, Senhor Secretário.

Fico com meu ideal.

Exonero-me dos quadros da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, através deste instrumento”.

Foi assim, Senhor Presidente, que eu me comportei durante a minha carreira de Delegado. Desta maneira e por estas razões é que de forma alguma poderia aceitar o que o Deputado Erondy Silvério proferiu na tarde de ontem.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PP, do PTB, se desejam fazer uso dos horários

que lhes são reservados.

(Ambas as Lideranças declinam)

Consulto à Liderança do PDS sobre se deseja fazer uso do seu horário. — (Assentimento). Com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

A comprovar-se mais uma vez a mentira que o Deputado José Tavares conta a esta Casa e ao Paraná, eu seria indigno de permanecer nesta Casa. Se o nobre Deputado José Tavares conseguir provar o que afirmou desta tribuna, eu renuncio ao meu mandato.

Agora, eu vou provar que ele era torturador de presos, inclusive que respondeu diversos inquéritos na Delegacia de Polícia de Arapongas, por ser prepotente, abusar da força e abusar dos indefesos.

Reafirmo aquilo que disse ontem aqui. Mas peço vênha, Sr. Presidente, para proceder a leitura de uma certidão que coloca por terra todas as mentiras do Deputado José Tavares.

(Lê): "Secretaria de Estado da Segurança Pública — Polícia Civil - Divisão de Polícia Especializada - Delegacia de Crimes contra a Administração Pública — Certidão.

Certifico, atendendo a requerimento verbal de pessoa interessada e determinação do Sr. Delegado Titular, que, revendo os arquivos, Livros de Registro de Inquéritos e Inquéritos Policiais em andamento, verifiquei que, até à presente data, NADA CONSTA com referência a ERONDY SILVÉRIO, portador do RG 89.459-PR, filho de Edmundo Alves Silvério e de Yolanda Almeida Silvério, natural de Guarapuava, Paraná, nascido ao primeiro de março de mil noventos e vinte e três, residente na Rua Sete de Abril, número cento e dezenove, nesta Capital, em razão do que se lhe expediu a presente Certidão, que, conferida, vai devidamente assinada. Dada e passada no Cartório da Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, ao primeiro dia do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e um. Eu, Altamir C. de Freitas, Escrivão, que a escrevi e assino. É verdade e dou fé.

Segue assinaturas do Delegado Titular - Bel. Ary José Elias e do Escrivão - Altamir C. de Freitas."

Sr. Presidente, ontem interrompendo indevidamente o nosso pronunciamento, o Deputado José Tavares disse bem assim, inclusive queria prender Vossa Excelência por sonegação. Quando eu ouvi isso eu me apressei em requerer esta certidão, na data de ontem mesmo.

Mas, diz o provérbio que "o diabo depois que envelhece vira ermitão". O nobre Deputado José Tavares envelhecendo como está, está querendo se transformar em ermitão, esquecido das violências que ele cometeu contra presos, contra pessoas indefesas.

Hoje ele vem aqui arrogando-se no pai da honestidade, no homem mais honesto desse Paraná e faz uma acusação descabida como ele fez na tarde de hoje.

Mas, eu não me furto Sr. Presidente, para que os Anais registrem, eu não me furto de dizer que efetivamente a firma Pavema da qual eu não era o Presidente, é uma Sociedade Anônima, foi efetivamente invadida por ordem do maior ladrão que já apareceu neste Estado e a cujo serviço estava o Deputado José Tavares, Governador Haroldo Leon Perez.

Por quê? Porque eu não me submeti a violência, aos caprichos do Governador da época e fui eu que o acusei perante o Comando da 5.^a Região Militar de tentar me subornar para que esta Casa não aprovasse autorização do Governo que pedia autorização legislativa para contrair um empréstimo de quarenta milhões de dólares para a conclusão das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Fui chamado a Brasília antes que Haroldo Leon Perez assumisse e naquela oportunidade ele disse que tinha recebido

uma oferta de quatro milhões de dólares, dez por cento para que o empréstimo fosse concedido durante a sua gestão. Razão pela qual ele pedia a este Deputado, então Líder do Governo Paulo Pimentel, que retivesse a matéria, que não permitisse a sua aprovação. Como me recusei, como eu levei os fatos ao conhecimento do Comandante da Região, estava junto comigo o nobre Deputado Paulo Camargo que pode testemunhar este fato, fomos ao Comandante da Região denunciar as arbitrariedades, a corrupção do futuro Governador do Paraná, Haroldo Leon Perez. É evidente que tinha que sofrer na carne aquela perseguição e todo o Paraná sabe disto.

Aproveitando-se de uma quadrilha de falsificadores de notas de ICM que operavam no Departamento de Rendas Internas, e as maiores firmas da Capital tiveram suas guias de ICM falsificadas pela mesma. Entre elas a firma que eu fazia e faço parte como acionista, ele aproveitou deste episódio para tentar cercar e prender os titulares das firmas. Infelizmente para mim não era titular da firma. Mais tarde, a firma comprovou a sua inocência, forneceu à Delegacia de Crimes contra a Fazenda, a relação dos cheques com os quais pagou o seu ICM devidamente.

Pergunto, qual a culpa, não só da Pavema, como de Hermes Macedo, de Prosdócimo, até a firma do nobre Deputado Presidente desta Casa que teve suas guias falsificadas? Qual é a culpa de seus titulares, se operava dentro de uma repartição do Governo uma quadrilha de ladrões que confessou seus crimes. Foram punidos, presos e demitidos a bem do serviço público.

Mas isto bem demonstra que já naquela época era truculento o então Delegado José Tavares, lá foi tentar prender sem ordem judicial; sem culpa e sem prova firmada: A mando de quem? Do maior ladrão que já pisou nesta terra, Haroldo Leon Perez.

Agora, eu podia faltar com a mesma ética e perguntar ao nobre Deputado José Tavares se ele tem culpa que familiares seus sejam criminosos. Mas não vou faltar com a ética porque ele não tem culpa. Não vou faltar com a ética, se, dentro da Delegacia de Arapongas um preso foi achacado por seus agentes e ele não tinha conhecimento. Estava em sua casa dormindo. Ele está faltando com a ética parlamentar. Mas o ônus da prova compete a quem acusa. Vou provar as arbitrariedades, ele que me processe como vou processá-lo. Como vou processá-lo pelas acusações que ele fez nesta tarde de que sou sonegador de impostos. A ele caberá o ônus da prova. Ele que me processe que provarei as pessoas que apanharam miseravelmente dentro da Delegacia onde era Delegado de Polícia.

O Sr. José Tavares — Desafio Vossa Excelência a provar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vou provar na Justiça.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, devidamente apoiados, constantes do expediente. Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Solicitaria a Vossa Excelência a chamada nominal para constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e o Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 145/78, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Ubatã. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 145/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBIRATÃ, com sede e foro na cidade de Ubatã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 169/80, que concede aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ, redução sobre multa, juros e correção, ao saldarem seus débitos em atraso, nas condições que especifica. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a “Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/80, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT e OUTROS, que altera o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. (Antecipando para quinta-feira, a sessão ordinária de sexta-feira). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.

Sobre o Projeto, uma emenda Substitutiva de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, constante do expediente. Em votação o projeto e as emendas.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando preferência de votação para emenda substitutiva de sua autoria. — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência atenda o requerido; solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Responderam a chamada nominal 46 Srs. Deputados. Há “quorum” para

prosseguimento da Sessão.

A Mesa procederá a verificação de votação atendendo solicitação do Sr. Deputado Darcy Deitos.

(É procedida a verificação de votação).

26 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado o requerimento.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria a Vossa Excelência para que constasse em Ata que a Bancada do PMDB se encontra na Casa e se evadiu do plenário.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria a Vossa Excelência mandasse registrar em Ata que as Bancadas do PMDB e das Oposições, nesta Casa, são contra esse projeto de Resolução que antecipa a Sessão de sexta-feira, para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) Está em votação a Emenda Substitutiva, de Plenário, ao Projeto de Lei.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, gostaria de saber qual o procedimento que adota o Deputado Darcy Deitos, que conste, nos Anais da Casa e na Ata dos trabalhos, que sua Bancada vota contrariamente a esta matéria. Fica, com isso, caracterizada, realmente, uma manifestação negativa em relação à iniciativa legal.

E dou o exemplo para caracterizar, que, naquela emenda que está sendo aqui denunciada como sub-reptícia, que tratava de matéria do Tribunal de Contas, não houve manifestação alguma nesse sentido.

Daí porque, voltamos a insistir que a Oposição, naquela matéria, votou favoravelmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É óbvio que não vamos repetir os argumentos que muitos dos Srs. Deputados, que se manifestaram contra o Projeto, agora no caso da emenda substitutiva.

Mas, Sr. Presidente, se a Bancada do PMDB e também a Bancada do PP, através das Lideranças e de alguns dos Deputados das respectivas Bancadas, manifestaram-se, ontem, contrariamente à possibilidade da antecipação das Sessões das sextas-feiras para as quintas-feiras. Nós queremos, além disso, acrescentar que, a emenda agora proposta tem, aqui no Parágrafo 2.º, do Artigo 73, conforme consta da mesma, que, a Sessão Ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para quinta-feira, após a respectiva Sessão Ordinária, mediante a convocação do Presidente, como Sessão Extraordinária.

Sr. Presidente, isto nos preocupa mais ainda porque não há dúvida alguma de que, independente do conceito que temos que é o melhor possível com referência à posição da Presidência desta Casa, mas, nós nos preocupamos, nós não podemos entender que possa ficar ao livre arbítrio da Presidência tão somente, a decisão de antecipação de Sessões, sem consulta de Plenário, sem decisão da maioria dos Srs. Deputados presentes, portanto, passa a possibilidade ainda mais essa decisão — que nós já temos como concreta — de que, daqui para a frente realmente estarão extintas as sessões de sextas-feiras. Estou deduzindo, estou até colocando a questão não só como hipótese, é uma dedução muito clara. Então, por essa razão, mais uma vez nós não podemos entender o porque desse objetivo continuar engrandecendo o Parlamento, e evitar a maior ainda desmoralização da classe política, porque, insisto, não é se

extinguindo a Sessão das sextas-feiras ou quer queiram ou não usando de termos outros possíveis, ser antecipada dependendo tão somente da decisão do Presidente, "unilateral", "unitário", "unidimensional", do Presidente, nós entendemos que na verdade é uma péssima demonstração, um atestado de que não se quer trabalhar nesta Casa, é prova, é testemunho de que esta é a conversa, a exemplo, as reuniões das Comissões Técnicas, não funcionou, não vai funcionar. É uma questão de respeito ao mandato, é uma questão de respeito para que não se criem precedentes para que, no futuro, a sessão também da quinta-feira, antecipada, não exista, e, até a Sessão Ordinária de quinta-feira não venha a existir, porque, para quem já extinguiu o sábado, para quem já acabou com a sessão de sexta-feira, o que falta para acahar com a de quinta Extraordinária, e, depois, a de quinta, a Ordinária? Nós entendemos e insistimos que, houvesse a possibilidade de se repensar sobre nossa proposição, que entendemos ser serena, de que, as Lideranças dos Partidos, em três dias definissem o "modus faciendi" das modalidades da execução das sessões, mediante um plantão proporcional de cada Bancada, para que as sessões das sexta-feiras continuassem — repito — mesmo precariamente, sem as exigências formais.

Por esta razão nós do PMDB insistimos em votar contra o projeto, votamos contra a manifestação proposta nessa emenda que agora irá à votação, porém, insistimos na possibilidade ainda, Sr. Presidente, num derradeiro argumento, de que, se houver esse consenso ao menos, desta Casa, que, as Lideranças desta Casa reunam-se em três dias e deliberem para que possam haver as reuniões das sextas-feiras, com o número mínimo de Srs. Deputados dentro de um critério interno de cada Bancada, de trazerem os seus Parlamentares num número proporcional e, assim, continuarmos com a funcionalidade das Sessões das sextas-feiras, e, acima de tudo que, não desprestigiemos ainda mais o Parlamento, porque desprestigiando o Parlamento, acabando com uma sessão — uso o termo "acabar" porque na minha opinião é isso o que está inserido, acabando nós estaremos não só acabando o Parlamento, desprestigiando o Parlamento, mas acima de tudo, descaracterizando, desmobilizando a construção ou a reconstrução da imagem política de cada político nesse País, tão desgastada, tão desmontada e acima de tudo, desvirtuada de suas verdadeiras funções. O Parlamento está aí para ser aberto e funcionando e é isso o que queremos e, tomara que houvesse o bom senso de haver um recuo e uma disponibilidade para este ajuste.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação a Emenda Substitutiva, de Plenário, ao Projeto de Resolução n.º 64/80.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que o Parlamento paranaense — aliás, se olharmos no mapa do Brasil, veríamos que todos os Parlamentos, inclusive o Federal, estão vivendo momento agitado. Se olharmos em torno da sociedade, desde o trivial, futebol, até movimentos mais sérios como foi agora recentemente o de Salvador, veremos que a sociedade brasileira está em convulsão e temos a certeza Senhor Presidente que também nenhuma das cabeças pensantes deste Plenário, naturalmente acredita no que disse o Governador da Bahia, ao atribuir ao MR-8 todas as seqüelas, todas as consequências graves daquele movimento popular de depredação de ônibus.

Então é a sociedade que está vivendo um momento de alta periculosidade, é a sociedade que está à beira da explosão e é por isso Senhor Presidente, por sentir no ar que as coisas não vão bem, é que venho a esta tribuna, até para justificar

o meu voto contrário ao Projeto de Lei do eminente Deputado Lázaro Dumont.

Senhores Deputados.

O Deputado Estadual do Paraná ganha, e é bom que a sociedade paranaense o saiba, porque não há mistério, e ganha inclusive com o aval deste Deputado que vos fala, Cr\$ 1358.582,00 por mês. Ele ganha Cr\$ 116.000,00, ordenado-sessões e ganha um auxílio para telefone, moradia, transporte, correio, de mais Cr\$ 242.582,00. Ordenado este que eu Deputado Deni Lineu Schwartz recebo e acho que recebo porque mereço, e é bom que se saiba disso.

Há poucos dias ainda assinei um abaixo-assinado reivindicando juntamente com os demais Deputados, que na nossa folha fôssemos aquinhoados de acordo com o que preceitua a Lei Federal.

Senhores Deputados, Cr\$ 1358.582,00 que são pagos aos Senhores Deputados para legislarem, para pagarem o seu telefone, para pagarem o seu correio...

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — Lamento interromper o ilustre Deputado Deni Schwartz, a quem tenho maior amizade e admiração, mas é que regimentalmente eu não posso apartear-lo.

Então eu peço questão de ordem porque o que o Deputado diz da tribuna é uma inverdade, Sr. Deputado. Porque as parcelas referentes a transporte, a telefone e a correio, quem não gasta desvia e põe no bolso como ordenado. Eu não faço desta forma.

E portanto, eu não admito Sr. Deputado, que venha Deputado na Tribuna do gabarito de Deni Schwartz a quem eu prezo e admiro muito dizer inverdades, especialmente para a imprensa aqui presente e para as pessoas que assistem este Plenário.

Gasto com correio, eu gasto com telefone e gasto como transporte e passagem. Não desvio isso para o meu bolso e para uso pessoal. Os que assim o fazem, não tenho nada com isso. Agora, não admito que venham dizer inverdades.

Lamento, Sr. Presidente, através de uma questão de ordem, porque o Regimento me impede de dar apartes.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Queria fazer um apelo ao nobre Deputado, nosso amigo Deni Schwartz, que se atenha ao assunto referente a emenda apresentada, que trata da sessão e não de subsídios de Deputados.

Com a palavra o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, não estou dizendo que o Deputado não gasta isso, acho que todos os Deputados, não entro nessa suspeição de que os Deputados não gastem em passagem, em transporte, em moradia, em telefone. Não suspeito de Deputado algum.

Este é um ordenado, é o mesmo ordenado que ganha para ter transporte também o homem que mora nas Vilas de Curitiba. No seu ordenado está inserido transporte. No seu ordenado está inserido o correio e eu não estou dizendo aqui e é bom que digamos alto e bom som, não estou dizendo que o Deputado ganha muito. Porque muitos dos Senhores que estão aqui presentes, se estivessem em suas atividades particulares estariam ganhando muito mais.

É nesse sentido que eu quero chamar a atenção desta Casa para a responsabilidade que nós temos com a nossa sociedade, Sr. Presidente, o autor deste projeto que nós estamos discutindo sabe muito bem que pelo FUNRURAL, que pela legislação do trabalhador rural quando ele falta um dia sequer do seu trabalho ele tem o seu domingo descontado, não recebe o domingo. Se ele faltar mais de trinta dias no ano ele não tem férias remuneradas. E é por isso que eu nesse momento subo à tribuna para dizer que este Parlamento não pode ficar chorando, não pode ficar se lastimando porque tem muito trabalho.

Sr. Presidente, hoje mesmo pedi ao meu Líder que me des-

ligasse de uma Comissão Técnica desta Casa. Falei com o homem mais respeitado desta Casa que é o ilustre Deputado Paulo Camargo, porque não me sinto melhor em comparecer às reuniões, por exemplo, da Comissão de Constituição e Justiça, porque aquela Comissão até há pouco tempo muito respeitada, quer tendo como Presidente o ex-Deputado Accioly Neto, quer tendo como Presidente este ilustre homem Dr. Paulo Camargo e tantos outros.

Quantas vezes tive que pegar briga dentro da minha Bancada por não admitir que por lá passassem projetos que não fossem constitucionais. Quanta briga tiveram homens do PDS, da então ARENA, dentro das suas bancadas, para evitar que projetos inconstitucionais lá passassem.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eleito por unanimidade dos seus Membros, de todos os partidos, eu gostaria que o nobre Deputado Deni Schwartz dissesse claramente as razões que o levam a se afastar desta Comissão, e por gentileza, em respeito a pessoa humana deste Presidente, dissesse a partir de que momento esta Comissão perde a sua seriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua com a palavra o Deputado Deni Schwartz e lembro Vossa Excelência que resta um minuto.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, em resposta ao ilustre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e já o fiz particularmente, fiz um apelo a ele como vim a esta tribuna para fazer um apelo à Presidência da Casa, o que nós precisamos, Sr. Presidente, não é suspensão de reunião alguma, o que nós precisamos isto sim, é nos atermos ao Regimento Interno. Se desde o início, se há muito tempo nesta Casa as faltas fossem tomadas como faltas, se mandatos tivessem sido extintos por faltas, esta Casa estaria discutindo política. Não estou individualmente individualizando ninguém, mas o meu apelo à Presidência da Casa, às Lideranças de partidos, é que para evitarmos que cenas como as de ontem, de anteontem e de tantas vezes, o Regimento seja respeitado. Que o Deputado faltoso, seja ele quem for - e eu sou um deles, leve a sua falta.

E para responder ao Presidente da CCJ, a seriedade da CCJ se perdeu não no seu mandato. Se perdeu um pouco antes, quando se admitiu aqui em plenário pareceres verbais, quando se permitiu aqui em plenário emendas sem voltarem regimentalmente para a comissão competente.

É por isso que faço um apelo aos Srs. Deputados, às Lideranças. Se nós deixarmos que isto não ocorra mais aqui, temos a certeza que esta Casa voltará a viver seus grandes dias. É este o apelo. Votarei contra a extinção de fato, pode não ser de direito, a extinção de fato das sessões de sexta-feira. Porque seu autor sabe muito bem, lá no interior o homem que perde um dia de serviço tem o seu desconto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Em muitas ocasiões tive que, pessoalmente argumentar diante da Igreja, que requeria a minha volta ao Pastorado, que ora estou licenciado. Porque no entendimento de muitos

Pastores desta Igreja, não se justificava, não tinha sentido labutar num Parlamento que, por razões constitucionais, teve seus poderes reduzidos.

Encontrava eu dificuldades às vezes em argumentar a validade do Parlamento. Mas se esta emenda for aprovada, vai ser muito difícil justificar a existência e a continuidade do Parlamento. Porque estamos atravessando situações difíceis neste País em que cada dia fatos novos se somam. E não são fatos corriqueiros. São fatos sociais que ocorrem a cada dia e exigem a vigilância constante do político. São greves, são mobilizações sociais, são atos públicos, despejos de posseiros, são atropelos assalariados sobre os trabalhadores, são manifestações de toda a ordem, ecológicas, em defesa da Amazônia e todo o dia neste País acontece um fato novo.

Se este Parlamento, por ter reduzido os seus dias de vigília, não tiver altura de poder também na sexta-feira levantar a sua voz e responder, dar o parecer dos políticos a estes fatos que estão acontecendo, então realmente o Parlamento perde mais um grande pedaço do seu sentido.

Sr. Presidente, faço até um apelo encarecido à Bancada do PDS. As sessões de sexta-feira podem servir, e muitas vezes serviram, para tratar de assuntos que tenham urgência de ser tratados, não no mesmo dia. Já a intercalação do fim de semana faz, muitas vezes, com que o político perca a grande oportunidade de se redimir diante das classes populares e, principalmente, diante da Igreja, frente a qual está perdendo o seu valor, a sua confiança.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua em votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamento tomar o tempo dos meus companheiros desta Casa. Mas não se pode, absolutamente deixar passar esta oportunidade. E o que eu vou dizer aqui, Sr. Presidente, vale muito mais para os Anais, para as pessoas que participam e que assistem essa sessão e eu quero invocar aqui os funcionários da Assembléia do Paraná, que nos ouvem, em seus locais de trabalho, através dos microfones, alto-falantes desta Casa.

A oposição, hoje, ontem, especialmente, demonstrou nitidamente a nós todos, que já sabíamos disso de há muito, mas demonstra se a imprensa mais uma vez levar com toda a fidelidade aos jornais, às rádios e à televisão, o que aqui se passa, vai levar desta forma ao povo do Paraná, o que realmente acontece, em termos de Oposição neste Estado. Tapa-se o sol com a peneira. É muito mais vergonhoso, Sr. Presidente, as sessões de sexta-feira, com três, quatro, cinco Deputados, gatos pingados nesta Casa, de todos os Partidos, realizarem-se do que nós suspendermos a sessão de sexta-feira.

O que é mais vergonhoso: - ficarmos numa sessão, quando poderia ocorrer, como eu falava com um companheiro ontem, vir um estudante do interior do Paraná, se assentar nas galerias desta Casa e ver aqui 5, 4 ou 3 Srs. Deputados, participar de um arremedo; um arremedo de sessão. E eu invoco o testemunho de todos os funcionários desta Casa que aqui prestam seus serviços há muitos anos.

E outra coisa, Sr. Presidente, o trabalho do Deputado não se demonstra na reunião de sexta-feira. Não é porque aqui comparecem meia dúzia, que 50 estão descansando ou não trabalhando. Ao contrário, o homem público não tem sábado nem domingo. Ele acorda de madrugada para atender doente na sua porta. Não lhe é permitido vida privada. O recesso parlamentar de que falava alguém, sobre férias, é apenas de sessões. O trabalho duplica. Os Deputados dão expediente nesta Casa e vão às suas bases, sem horário, sem nada. Portanto não venham com demagogia. Que o Paraná haverá

de julgá-los dizendo que quer se acabar com o Parlamento. Dizendo que se quer amputar ainda mais os nossos poderes. É apenas para acertar uma situação de fato. Na minha opinião, vou votar favorável ao projeto do Deputado Lázaro Dumont, porque acho muito mais vergonhoso, Sr. Presidente, um arremedo de sessões das sextas-feiras, que a Casa toda é testemunha, do que a demagogia barata de querer se votar contra supondo que o povo está pensando que queremos diminuir nosso trabalho nesta Casa. Ao contrário. É desafio qualquer homem público, do presente, do passado e do futuro, para saber quantas horas ele dá de trabalho pela sua missão de Parlamentar ou de qualquer outro cargo público.

Portanto, Sr. Presidente, faço este reparo, por uma questão de Justiça. Peço a Vossa Excelência, me perdoe, inclusive a ênfase demasiada que dei, mas é um fato, as pessoas que ouvem pensam que realmente estamos querendo fazer uma semana de 5 dias. A nossa semana tem 7 dias, Sr. Presidente. E Vossa Excelência e todos os Parlamentares de todos os Partidos sabem disso. Não é privilégio do PDS, ou do PMDB ou do PP. Todos os Srs. Deputados são procurados altas horas da noite, em qualquer dia da semana e em feriados. Não existe isso para nós todos. Agora, quem nos ouve pela primeira vez, as galerias, os Anais, os funcionários vão dizer: mas, queremos acabar com mais um dia? Mais um dia de folga? É apenas para consertar uma situação de fato. Porque é muito mais indigno para este Parlamento, assistir os arremedos e as forças das sessões de sextas-feiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua em votação o Projeto de Resolução.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, quem ouviu as palavras do ilustre Deputado Gabriel Sampaio, por certo está a entender que se trata de um dos Deputados que já na legislatura passada, teria se posicionado como um vestal de pureza nesta Casa.

E, agora, vem aqui, depois de não ter sido eleito, vir a reboque de outro Deputado, vir trazer aqui a pecha de ...

(SOAM OS TÍMPANOS — TUMULTO)

O SR. PRESIDENTE — Peço ao nobre Deputado que se atenha à discussão da matéria.

Nobre Deputado, queria fazer um apelo a Vossa Excelência. No encaminhamento da votação, não é permitido aparte. E, para evitar que se tumultue, faço um apelo a Vossa Excelência, que se atenha à discussão da matéria, sem se dirigir ao Deputado, ou a maneira como foi eleito, mas, exclusivamente à matéria.

O SR. LINEU TURRA — Queria que a recíproca fosse verdadeira, Sr. Presidente. Porque quando se discutiu a matéria pelo lado de lá, não se usou do mesmo critério, procurou-se tachar a Oposição de demagógica; procurou-se, inclusive, atirar a pecha de uma Oposição omissa, porque nós não estamos nos omitindo. O simples fato de nos retirarmos para não votarmos esse projeto de resolução ...

(TUMULTO — (SOAM OS TÍMPANOS))

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, nós, quando nos retiramos do plenário, nós o fazemos porque somos radicalmente contra este projeto de resolução. Nós éramos. Esse projeto já foi aprovado em 2a. discussão. Está-se discutindo a emenda.

Apenas queria dizer que sou contra a antecipação das sessões de sexta-feira para quinta-feira, porque não vão se realizar as sessões quinta-feira também. Porque, o que nós temos constatado não é aquilo que se disse que aparece meia dúzia de gatos pingados da Oposição, nesta Casa. Isto não é verdade. Está aí o Deputado Erondy Silvério que tem comparecido em sessões que têm sido proveitosas para esta Casa.

Agora, eles deveriam usar do mesmo exemplo. A Bancada do PDS que é maioria, que tem condições de deliberar nesta Casa, porque tem 32 Deputados, tem maioria. Que compareça, pelo menos, com certo número de Deputados, que nós também compareceremos, como temos comparecido. Constatamos na última reunião, nesta Casa, que, dos 25 Deputados da Oposição, aqui estiveram 14, quando haviam 4 do PDS, numa Bancada de 34.

Portanto, não é verdade que a Bancada do PMDB não tenha comparecido. Nós temos dado condições para deliberação, inclusive às sextas-feiras.

De sorte, Sr. Presidente, que o que se disse aqui, na verdade, quero enfatizar que são inverdades, de que as sessões de sexta-feira não se realizam. Não se realizam porque, na verdade, o que nós temos constatado, é que existe má vontade da bancada majoritária, má vontade.

E como se realizarão as sessões de sexta-feira, antecipando-se para quinta-feira, como tem acontecido nos outros dias, não se realizarão as sessões de quinta-feira, também, porque não comparecerão os Deputados do partido situacionista, porque eles já vão viajar quinta-feira.

Essa é a verdade. Não estamos aqui para fazer demagogia.

Estamos aqui para dizer a Casa, que às sextas-feiras, se houver sessão, estaremos presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário, ao Projeto de Resolução n.º 64/81. — Aprovada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 23 Srs. Deputados o aprovam; 14 o rejeitam. — Aprovado.

Conseqüentemente, prejudicada a emenda substitutiva ao projeto, de autoria da C.C.J.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que altera o regime de auxílio hospitalar ao servidor e dependentes, contida no Art. 4.º, do Decreto n.º 14.585, do Regulamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que introduz alterações no texto da Lei n.º 6149, de 09 de setembro de 1970. (Regimento de Custas Judiciais). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, esse projeto de lei da lavra de Vossa Excelência, busca um ajustamento na forma de repasse de verba

agregada, à Carteira de Pensão de Serventuários da Justiça, relativamente a 30 por cento do total globalmente arrecadado.

Segundo a justificativa de Vossa Excelência, há mais de dez anos, o Regimento de Custas dos Atos Judiciais, permanece sem alterações.

Na questão do mérito do projeto em si, visando adequar a necessidade de suprimento Caixa, estou de pleno acordo com o projeto. Mas, nesta parte aqui que, até foi objeto de discussão reiterada, exaustiva, quando da reforma da Lei da Taxa Judiciária, ocasião em que se abordou também o problema do Regimento de Custas.

Sr. Presidente, o Regimento de Custas tem sido alterado através de provimento. Tenho uma posição firmada que, apesar dessas reformas, no meu modo de entender, elas são feitas à revelia da legislação vigente e elas se tornam, por isto, juridicamente insustentáveis. Agora, a minha posição, Sr. Presidente, e até como membro da Comissão de Constituição e Justiça, o meu voto foi voto vencido pela forma como está colocado aqui, que Vossa Excelência faz referência aqui, a uma quantia irrisória de cinquenta centavos, para os casos da carteira de serventuários por feito distribuído ou qualquer dos feitos ou atos registrados ou lançados nos livros notoriais e de registro.

Realmente Vossa Excelência, o autor, busca apenas disciplinar o texto da lei então vigente, mas esses provimentos, reiteradamente reformadores do instituto apregoado na Lei 6149, tem alterado substancialmente aqueles valores; agora, entre a realidade fática e a realidade jurídica há uma grande lacuna, portanto, penso eu, Deputado, que se instituir essa legislação na forma proposta, me parece embora redundante, que, os provimentos exarados ou expedidos, baixados pela Corregedoria da Justiça ou do Tribunal de Justiça pelo Corregedor, evidentemente vão estar todos derogados e, este é o ponto de vista que eu quero expender aqui: que, evidentemente, toda aquela parafernália de burocracia proposta pela Corregedoria, ficarão sem efeito, conseqüentemente, o objetivo do projeto me parece, ficará prejudicado no seu mérito. Entretanto, Deputado, quero, embora tendo votado contra, quero manifestar o meu voto neste plenário, favorável, quanto ao mérito, apenas quanto ao mérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação.
Aprovada, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que cria o Município de Sarandi, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Marialva e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 196/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Sarandi, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Marialva e as seguintes divisas:

—“ Partindo da aflúncia do Córrego Guayapo no rio Pirapó, sobe pelo dito córrego até a sua última cabeceira; deste ponto, por uma linha seca, vai até alcançar a menor cabeceira do Ribeirão Pinguim; descendo por este Ribeirão até a ponto que dá passagem da estrada Maringá a Cambuí; seguindo por esta estrada até alcançar sua passagem no Ribeirão Aguidaban; daí por este Ribeirão acima, até sua cabeceira onde recebe o Córrego Mará; por este Córrego até sua última vertente; desta

vertente, por uma linha reta o Córrego Tahy; este Córrego até seu primeiro confluente; por este confluente acima até o primeiro marco da divisa do lote n.º 17, da gleba Sarandi; pela divisa do lote n.º 17 com o lote n.º 16 da referida Gleba, até alcançar a estrada Marialva-Santa Fé; por esta estrada, rumo, a Santa Fé, até o lote n.º 232 da Gleba Sarandi; daí pelo espigão mais alto, em linha reta ao rio Pirapó abaixo, até o ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

Apoiamento:

RENATO BERNARDI, TADEU LÚCIO MACHADO, ADALBERTO DAROS, EDILSON ALENCAR, FIDELCINO TOLENTINO, DARCY DEITOS, FIORI LUIZ, TRAJANO BASTOS, WALDYR PUGLIESI, PALÁCIOS, LINEU TURRA, ROMERO FILHO, NILSO SGUAREZI, JOSÉ TAVARES, NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Sarandi, pertencente ao Município de Marialva, no norte do Estado, que ora pretendemos emancipar, foi fundado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, quando da colonização da região norte de nosso Estado, destinado a servir como pequeno posto comercial para os proprietários rurais que ali lançavam a semente do progresso paranaense. Situado entre as cidades de Marialva e Maringá, Sarandi sofreu a influência direta do desenvolvimento industrial das duas cidades, transformando-se em poucos anos, em cidade de porte médio. Embora fundado há longos anos, como já frisamos, e elevado à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário através da Lei 5076, de 12 de abril de 1965, publicada no Diário Oficial n.º 37, de 14 de abril do mesmo ano, o Distrito de Sarandi (conheceu) somente veio conhecer o progresso, nos últimos cinco (5) anos, comportando-se exatamente ao oposto da maioria das pequenas comunidades paranaenses e brasileiras, que, com o êxodo rural sofreram amargamente uma redução alarmante em número de habitantes, conseqüentemente diminuindo suas importâncias econômicas no cenário paranaense. Sarandi, abrigando grande contingente de trabalhadores que abandonavam a zona rural buscando melhores dias na cidade, usufruindo o Distrito, de posição geográfica privilegiada, ganhou um aumento populacional extraordinário, contando hoje com cerca de 4.000 (quatro mil) prédios construídos em sua sede; 237 (duzentos e trinta e sete) estabelecimentos comerciais e 13 (treze) estabelecimentos industriais de pequeno e grande porte, conforme Certidão Expedida pelo Chefe do Executivo Municipal de Marialva. Conta ainda, com toda a estrutura urbana exigida para sua emancipação, tais como: energia elétrica; escolas; serviço de abastecimento de água potável; meio de transporte, com linhas regulares de transporte coletivo urbano de 20 em 20 minutos. O desenvolvimento ensejou a necessidade de expansão de área urbana e foram lançados 217 (duzentos e dezessete) novos loteamentos, todos legalizados, colocados à disposição de todos que pretendam investir em Sarandi, cerca de 18.800 (dezoito mil e oitocentos) lotes urbanos; consta também com telefone pelo sistema de DDD; apesar de contar hoje com aproximadamente 20.000 (vinte mil) habitantes, Sarandi tem inscrito apenas 2.564 (dois mil quinhentos e sessenta e quatro) eleitores, por nunca ter sido efetivada uma campanha de qualificação eleitoral no Distrito. O desenvolvimento de Sarandi, tem provocado uma verdadeira guerra entre os Municípios de Marialva e Maringá, que o dis-

putam frequentemente, com vereadores de Maringá apresentando proposições no Legislativo Municipal visando a transferência do Distrito para aquele município, sob os protestos de Marialva, gerando assim grande animosidade entre as duas comunas, e diga-se a bem da verdade, animosidade sem nenhuma razão de ser, já que o povo de Sarandi, não mais pretende continuar sob a administração marialvense, relutando também qualquer intenção expansionista maringaense, por entender que é chegado o momento de sua emancipação. Finalmente, justificando ainda a elevação de Sarandi à categoria de município, pode-se afirmar, que este Distrito talvez seja a única das comunidades paranaenses que ora estão lutando por sua emancipação, que não corre risco algum quanto ao problema do êxodo rural que tanto tem transformado a fisionomia de nossas pequenas e médias cidades. Sarandi faz parte da grande área metropolitana do Norte do Paraná e sua tendência é de crescimento constante e vertiginoso, não cabendo mais sua dependência a qualquer outra comunidade, mesmo sendo esta a Grande Marialva de nossos dias. Portanto, a emancipação hoje pretendida é o reflexo de seu progresso, da vontade de seu povo, livre e soberano, de exigência natural até pela importância que representa no cenário sócio-econômico de nosso Estado. A documentação anexa, preenche os requisitos mínimos para a tramitação da matéria, devendo as comissões técnicas competentes, urgenciar a complementação necessária para decisão final em Plenário da emancipação pretendida por Sarandi e seu povo.

PROJETO DE LEI N.º 196/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado Antônio Facci, o presente projeto de lei tem por finalidade a criação do Município de Sarandi, com território desmembrado do Município de Marialva e retorna a esta Comissão de Constituição e Justiça com a finalidade de ser reexaminado, em razão do resultado do plebiscito realizado por autorização deste Poder Legislativo.

De acordo com a Ata de apuração da consulta plebiscitária realizada em 29/03/81 naquela localidade, fls 23 e 24, temos que a expressiva votação favorável, bem demonstra a vontade daquela população em emancipar-se, figurando no cenário estadual como um novo município.

Com isso, patente está que os maiores interessados na formação do novo Município de Sarandi, demonstraram o seu veredicto favorável, razão pela qual esta Casa deverá consolidar aquela manifestação e, em razão do exame preliminar já exarado, fls 16, o nosso parecer é no sentido de que a matéria está em condições de ser encaminhada à consideração do Plenário desta Casa, para referendar o resultado favorável do plebiscito visando a criação daquela comuna, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada pelo autor constante das fls 25.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981".

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator.

PROJETO DE LEI N.º 196/79

EMENDA

O Art. 1.º — [Passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Sarandi, com território desmembrado do Município de Marialva, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Partindo da confluência do Córrego Guaiapó no Ribeirão Sarandi, sobe pelo dito Córrego até a última cabeceira; deste ponto, por uma linha seca vai até alcançar a menor cabeceira do Ribeirão Pinguim descendo por este Ribeirão, até o ponto que dá passagem à Estrada Maringá-Bom

Sucesso; seguindo por esta Estrada até alcançar sua passagem no Ribeirão Aquidaban; daí por este Ribeirão acima, até a foz do Córrego Mará; por este Córrego até sua última vertente por uma linha reta ao Córrego Tahy; por este Córrego até sua confluência no Ribeirão Sarandi; daí por este Ribeirão acima até o primeiro marco da divisa do lote n.º 17, da Gleba Ribeirão Sarandi; pela divisa do lote n.º 17, com o lote n.º 16, da referida Gleba até alcançar a Estrada Marialva-Santa Fé; por esta Estrada rumo a Santa Fé, até o lote n.º 79 da Gleba Ribeirão Sarandi; daí pela divisa do lote n.º 79 com o lote n.º 78 da referida Gleba até a menor cabeceira do Córrego Guaymbé; descendo por este até a sua confluência no Ribeirão Sarandi e, finalmente, subindo por este, segue até o seu ponto de partida".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa visa apenas corrigir incorreções contidas no memorial descritivo original, no que diz respeito a observância das divisas naturais e perfeita identificação dos imóveis, que em alguns casos, ficariam sob a jurisdição de dois municípios. Pretende ainda, ressaltar o território do Distrito de Santa Fé, no Município de Marialva, criado posteriormente ao Distrito de Sarandi e, em parte, sobreposto a este.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor João Calisto de Medeiros. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 173/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de cidadão honorário do Paraná ao Professor JOÃO CALISTO DE MEDEIROS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1980.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

Apoiamento:

WERNER WANDERER, GILBERTO CARVALHO, AUGUSTO CARNEIRO, JOÃO MANSUR, JURANDIR MESSIAS, GABRIEL MANOEL e TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar o projeto pelo qual buscamos conferir o título de Cidadão Paranaense ao Professor JOÃO CALISTO DE MEDEIROS, forma de reconhecimento e gratidão que, como representantes do Povo do Paraná, devemos ao grande cidadão da CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE — C.N.E.C. — não havemos de nos ater só ao homem, mas entendê-lo e justificá-lo como o servidor do cenecismo paranaense, "O HOMEM BOM, como a boa árvore, só produz o BEM". Já afirmaram.

E, no caso presente, devemos ressaltar a identificação do homem com a sua ação, no mais lúcido consórcio. O quanto devemos a ele, pessoalmente, quanto de inspiração idealista dele amana e contagia, pois, o Professor João Calisto de

Medeiros é uma lição permanente de integral devotamento a grande causa da C.N.E.C. E quanto devemos a este Movimento que, através do Brasil, vem implantando escolas e seguindo teimosa e persistentemente, criar a democratização do ensino, o ensino para todos, sem distinção de cor, religião, credo político e situação financeira.

14 anos servindo a Campanha no Paraná, com dedicação, com amor, cumprindo os princípios e postulados da Entidade com fé de um apóstolo, a decisão dos predestinados, a desamidação de uma semana.

Chegou ao Estado, vindo do Rio Grande do Sul, onde deixara ali, o 1.º Curso Superior da C.N.E.C., no território das Missões, em Santo Ângelo, encontrou um Paraná que amanhecia para o progresso, ainda sem ter resolvido seus planos rodoviários e iniciando seu vôo para o desenvolvimento. Aqui, solitário, com a família distante, foi eremita, viveu inquieto e saudoso dos seus, dormindo no escritório, onde trabalhava, num acanhado sofá, à rua Visconde de Guarapuaça, 3165, onde era sediada a CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Em companhia do Dr. Arnaldo Busato, Presidente da Diretoria Estadual, por caminhos de barro e lama, com as suas "botas de sete léguas", percorreu todo o Estado, auscultando as comunidades, tendo aceito, com destemor de nordestino e amor de brasileiro, o grande desafio. Criar escolas para o povo, a que subsistiram, diante a indiferença de tantos e a falta de idealismo de alguns, acresceu 150 unidades educacionais. Sem o acolhimento oficial, a todos tratando de igual para igual. Fez uma C.N.E.C. forte, e ele que ocupava no quadro geral o 17.º lugar no País, em menos de dois anos, ocupava um honroso 2.º lugar. Tornou-se uma força. Cresceu. E o semeador intimerato, na boa terra paranaense, espalhava escolas e criava, também, participando ativamente, Faculdades como a de Palmas, Irati, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Sofreu muito, porque muito viveu o sonho e o ideal que lhe comandavam os passos.

Hoje, queiramos, ou não, temos, no cidadão JOÃO CALISTO DE MEDEIROS, um cidadão do Paraná, onde vive integrado aos anseios de seu povo, coração aberto às opções comunitárias, sempre atento aos reclamos de tantos que o procuram para dar a escola aos filhos. Mister sagrado! Que lhe custa tanto de despreendimento e amor, e que só lhe recompensa à consciência, cumprir seu ideário em prol de um Brasil maior e de um Paraná grandioso pela grandeza de seus filhos.

JOÃO CALISTO DE MEDEIROS CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS:

- 1.1. NOME: JOÃO CALISTO DE MEDEIROS — 1º Tenente R-1 do Exército
- 1.2. NATURALIDADE: Caicó - Rio Grande do Norte.
- 1.3. DATA DE NASCIMENTO : 19 de junho de 1.916.
- 1.4. FILIAÇÃO: Manoel Calisto de Medeiros e Ana Luzia de Medeiros
- 1.5. ESTADO CIVIL: Casado com Ana Frutuoso de Medeiros
- 1.6. FILHOS: Aída Medeiros Jung - Professora, casada com o Dr. Oscar Pinto Jung; Auricéia Medeiros Assad - Advogada, casada com o Dr. José Anis Assad; Haidée Medeiros Murray - Professora, casada com Wallace Roberto Scott Murray; Aldo Medeiros - Acadêmico de Direito.

2. FUNÇÃO ATUAL:

Administrador da CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE e Coordenador da Região Sul.

3. CURSOS:

- 3.1 Primário — em Caicó - Rio Grande do Norte.
- 3.2. Complementar - em Caicó - Rio Grande do Norte.
- 3.3. C.C.C. do Exército - Rio Grande do Norte.
- 3.4. C.C.S. do Exército - Rio Grande do Norte.
- 3.5. Curso de Contador - Exército
- 3.6. Curso de Motomecanização com acesso ao oficialato do Exército.
- 3.7. Curso de Mecânico de Motores Radiais - Exército.
- 3.8. Curso de Psicologia Militar - Exército
- 3.9. Curso de Operação Aérea - Força Aérea Americana - U.S.A. —
- 3.10 Curso Intensivo de Extensão Universitária - sobre "Vida, Obras e Pensamento de Teilhard Chardin".
- 3.11 Curso Intensivo da Dinâmica da Vida.
- 3.12 Curso de Execução Orçamentária - Secretaria do Planejamento do Paraná.
- 3.13 Curso de Decisores - Secretaria do Planejamento do Paraná.

4. ATIVIDADES E CARGOS EXERCIDOS:

- 4.1 Fundou e presidiu durante dois anos o Clube dos Sub-Oficiais de Santo Ângelo - RS.
- 4.2 Fundou e presidiu por períodos o Aero-Clube de Santo Ângelo - RS.
- 4.3 Fundou e presidiu o Xadrez Clube de Santo Ângelo - RS.
- 4.4 Durante 27 anos serviu ao Exército e teve comportamento EXEMPLAR conforme consta de sua vida militar.
- 4.5 Lecionou a cadeira de História durante 3 anos no Centro Educacional Sepé Tiaraju - Santo Ângelo - RS.
- 4.6 Instrutor durante 20 anos de Legislação Militar no Exército.
- 4.7 Fundou e foi o 1.º Presidente da Associação de Ensino Superior - AMES — de Santo Ângelo - RS.
- 4.8 Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Santo Ângelo - RS.
- 4.9 Prefeito de Santo Ângelo - RS.
- 4.10 Fundou em Santo Ângelo - RS, a Faculdade de Direito - Primeiro Curso Superior da CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE.
- 4.11 Presidente do Clube Comercial de Santo Ângelo - RS.
- 4.12 Presidente durante 14 anos do Centro Educacional Sepé Tiaraju, onde construiu a sede e criou todos os Cursos desde o Jardim de Infância ao Curso Superior. /
- 4.13 Fundou e fez funcionar Cursos de 1.º e 2.º Graus nas cidades de Santa Rosa, São Luiz, Giruá, Entre Ijuís e Cerro Largo no Rio Grande do Sul.
- 4.14 Fundou a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis em Santo Ângelo - RS
- 4.15 Exerceu o cargo de Inspetor Nacional da CNEC.
- 4.16 Em março de 1967, foi nomeado Administrador da CNEC no Paraná, tendo participado ativamente da organização e instalação de mais de 150 estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná.
- 4.17 Participou ativamente na criação das Faculdades de Palmas, Irati, Toledo e Marechal Cândido Rondon.
- 4.18 Coordenador da CNEC na Região Sul.

- 4.19 Assessor Técnico da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná.
- 4.20 Participou de dezenas de Congressos e Seminários no Território Nacional.
5. TÍTULOS DE CIDADANIA HONORÁRIA:
- 5.1 Cidadão Honorário Santoangelense - RS
- 5.2 Cidadão Honorário Natalense - RN
- 5.3 Cidadão Honorário de Palmas - PR
- 5.4 Cidadão Honorário de Nova Santa Rosa - PR
- 5.5 Cidadão Honorário de Toledo - PR
- 5.6 Membro ativo do Instituto o Direito de Conhecer, outorgado pela Universidade Federal de Passo Fundo - RS
- 5.7 Personalidade do ano de 1.967, outorgado pela Crônica Social de Santo Ângelo - RS
6. CONDECORAÇÕES:
- 6.1 Medalha de Guerra do Brasil
- 6.2 Medalha de Ouro FELIPE TIAGO GOMES
7. DIPLOMAS E MEDALHAS:
- 7.1 Medalha do Centenário Santos Dumont com Diploma outorgado pelo Ministério da Aeronáutica.
- 7.2 Medalha de Prata outorgada pela Prefeitura de Aracaju - SE.
- 7.3 Mapa em Ouro, outorgado pelo Governo do Rio Grande do Norte, como filho ilustre.
- 7.4 Medalha de homenagem e Gratidão do Colégio Soiti Taruma de Florestópolis - PR
- 7.5 Medalha de Homenagem e Admiração dos Funcionários da CNEC do Paraná.
- 7.6 Diploma de Sócio Fundador da Diocese de Santo Ângelo - RS.
- 7.7 Diploma de Preito de Gratidão, outorgado pelo Grêmio Estudantil Sepé Tiaraju - Santo Ângelo RS.
- 7.8 Diploma de Sócio Benemérito da CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE.
- 7.9 Diploma de Jubileu de Prata - outorgado pelo Centro Educacional Sepé Tiaraju - Santo Ângelo RS.
- 7.10 Diploma do Centenário de Alberto Santos Dumont - outorgado pelo Ministério da Aeronáutica.
- 7.11 Diploma do Ministério da Aeronáutica - Entre Nuvens e Estrelas.
- 7.12 Diploma outorgado pela 5a. Região Militar por ter colaborado com a ACISO.
- 7.13 Diploma de Preito de Gratidão outorgado pela UESA.
- 7.14 Diploma de Honra ao Mérito outorgado pela UNEC.
- 7.15 Diploma de Homenagem e Gratidão outorgado pela UNEC.
8. CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E ENCONTROS:
- Participação em diversos Congressos Nacionais da CNEC, a seguir relacionados:
- VI — Rio de Janeiro-RJ, julho de 1954
- VII — Rio de Janeiro-RJ, julho de 1955
- VIII — Rio de Janeiro-RJ, julho de 1956
- IX — Rio de Janeiro-RJ, julho de 1957
- X — Rio de Janeiro-RJ, julho de 1958
- XI — Porto Alegre-RS, julho de 1959
- XIII — Fortaleza-CE, julho de 1961
- XIV — Belo Horizonte-MG, julho de 1963
- XV — Rio de Janeiro-RJ, julho de 1965

- XVI — Rio de Janeiro-RJ, julho de 1967
- XVII — Miguel Pereira-RJ, julho de 1969
- XVIII — Curitiba-PR, julho de 1971
- XIX — Brasília-DF, julho de 1973
- XX — Brasília-DF, julho de 1974
- XXI — Brasília-DF, julho de 1975
- XXII — Brasília-DF, julho de 1976
- XXIII — Foz do Iguaçu-PR, julho de 1977
- XXIV — Recife-PE, julho de 1978
- XXV — Brasília-DF, julho de 1979
- XXVI — Brasília-DF, julho de 1980.

No presente Curriculum não consta as diversas funções de sua vida militar durante os 27 anos em que serviu ao Exército nem dezenas de citações por serviços prestados.

Curitiba-Paraná, outubro de 1.980.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 173/80

PARECER

Pretende o nobre legislador, agraciar o Professor João Calisto Medeiros, com o título de Cidadão Honorário Paranaense.

Para justificar sua iniciativa, o ilustre autor apresenta, além do curriculum do homenageado, um apanhado minucioso sobre as atividades profissionais, sociais, comunitárias e de benemerência.

A homenagem intencionada, virá juntar-se a dezenas de outras já recebidas pelo aludido professor.

Sendo a precípua finalidade desta Comissão, o exame da legalidade e constitucionalidade das matérias a ela submetidas, não vislumbramos qualquer obstáculo à sua aprovação, motivo pelo qual opinamos de forma FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;
JOSÉ TAVARES — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/81), que subcreve aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel situado em Curitiba e de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 05/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a subcrever aumento de capital da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ — COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do ESTADO DO PARANÁ, situado à Rua Barão de Antonina n.º 325, com as seguintes características: terreno de forma retangular, constituído pelo lote n.º 10 (dez) da quadra n.º 58 (cinquenta e oito), setor n.º 31, zona n.º 1, com 42,75 metros de frente e 21,60 metros de fundos, perfazendo a área de 923,40 metros quadrados, contendo uma construção em alvenaria e um galpão de madeira, adquirida por escritura pública de desapropriação amigável, lavrada às fls 96v. do livro 461, do 1.º Tabelionato desta Capital.

Art. 2.º — O imóvel de que trata a presente lei, destina-se à construção da sede própria da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ — COHAPAR.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 05/81

1 — O presente projeto de lei constitui-se de Mensagem Governamental sob n.º 10/81, objetivando autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado, conforme escritura lavrada às fls. 96v, do livro 461, do 1.º Tabelionato de Curitiba, localizando-se o imóvel em tela à Rua Barão de Antonina, n.º 325, nesta Capital, com área e características que especifica, através do Art. 1.º do Anteprojeto de Lei que compõe o corpo da Mensagem.

2 — O presente projeto de lei encontra respaldo constitucional no Art. 47, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná em vigor, que reza:

“Art. 47 — Compete privativamente ao Governador:

Inciso XVI — Prover em geral às necessidades da Administração do Estado.”

Considerando que o presente projeto de lei pretende exclusivamente subscrever aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná, através da integralização mediante incorporação de imóvel de propriedade do Estado, e objeto de aquisição mediante escritura pública de desapropriação amigável, e que se destinará precipuamente à construção da sede própria daquela Companhia, vindo, portanto, diretamente de acordo e de encontro ao que prevê a Carta Magna do Estado, “PROVER” de melhores condições de funcionamento aquela Companhia de Habitação do Estado, através da construção de sua sede própria e de sua posterior instalação, melhorando indiscutivelmente suas condições de atendimento e do melhor cumprimento dos propósitos a que se destina, é que somos pela aprovação do presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 05/81

Através Mensagem n.º 10/81, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Assembléia Legislativa, solicitação à este Poder para a subscrição de aumento de Capital da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o qual deverá ser integralizado por incorporação de imóvel de propriedade do Estado, que servirá à construção da sede própria da Empresa.

Da convincente justificativa, nota-se, perfeitamente, a existência de amparo financeiro para a consecução da medida pleiteada, ocorrendo, de consequência, a previsão orçamentária e financeira suportadora do encargo.

De outra parte, trará, sem dúvida, crescentes benefícios administrativos.

Assim, somos favoráveis à aprovação da matéria, de resto, já exaustivamente analisada em seus demais aspectos às fls. 6 e 7.

Sala das Comissões, em

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/81, de autoria do Deputado WALDYR PUGLIESI, que declara de utilidade pública o “Instituto Educacional Evangélico”, entidade de caráter filantrópico, com sede em Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 50/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO EDUCACIONAL EVANGÉLICO, entidade de caráter filantrópico, sediado em Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1981.

a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A minuciosa e ampla documentação que acompanha este projeto, comprova o preenchimento, de forma convincente, de todas as exigências estabelecidas pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978 (dispõe sobre normas para a declaração de utilidade pública).

Nada mais justo, portanto, que cumpridas as formalidades legais, o Instituto Educacional Evangélico, de Arapongas, receba desta Casa o reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à coletividade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 50/81

De autoria do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, o presente Projeto de Lei n.º 50/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Educacional Evangélico, entidade de caráter filantrópico, sediada em Arapongas.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

FIDELCINO TOLENTINO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que doa à Associação dos Professores do Paraná, um lote de terreno conforme especifica, situado em Guaratuba e destinado à construção da Colônia de Férias. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 51/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica doado à Associação dos Professores do Paraná, o lote de terreno com área de 1.555,60 m², situado no perímetro urbano de Guaratuba, transcrito sob o n.º 17.827, do Livro 3-1, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — O imóvel, objeto da doação contida no artigo anterior, destina-se à construção da Colônia de Férias da Associação dos Professores do Paraná, não podendo ser alienado, nem dado à penhora, sob pena de reversão automática ao patrimônio do Estado.

Parágrafo único — A construção no imóvel de que trata este artigo será iniciada em prazo máximo de três (03) anos, a contar da vigência desta Lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O imóvel de que trata este projeto foi doado à Associação dos Professores do Paraná pela Lei n.º 5.870, de 06/11/68.

Todavia, nela se continha, entre outras cláusulas onerosas, o prazo de cinco anos para a utilização do aludido terreno. Como a entidade por falta de recursos financeiros não conse-

guiu iniciar as obras de construção da Colônia de Férias, faz-se necessário renovar-se a doação, que ilide a efetivação da condição resolutive temporal, e lhe dá condições, dentro de um prazo razoavelmente suficiente, para iniciar a obra em questão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 51/81

De autoria do nobre Deputado João Mansur, o presente projeto de lei, tem por finalidade doar à Associação dos Professores do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, conforme específica, localizado em Guaratuba, com a finalidade de construção da Colônia de Férias daquela Associação.

Analisando-se a proposição através da justificativa apresentada, temos que o imóvel citado já foi objeto de doação através da Lei n.º 5.870, de 06/11/68, renovando-se agora apenas o prazo para a construção.

A iniciativa é por deveras louvável, já que aludida Associação congrega a laboriosa classe docente paranaense, e que assim poderá ter a sua Colônia de Férias no litoral.

Assim, tendo em vista que não há óbice algum quer legal, quer constitucional que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, o novo parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo, doar área que especifica à FUNAI, para construção de sede própria em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 55/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica doado à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, o imóvel com área de cento e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e um metros e setenta e cinco centímetros quadrados, situado no bairro do Portão, transcrito sob n.º 9.128, de 11 de abril de 1913, no Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, destinado à construção da sede própria da referida Fundação.

Art. 2.º — A presente doação deverá ser gravada com as cláusulas da impenhorabilidade e inalienabilidade, e o prazo para a destinação do imóvel será de cinco anos.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1981.

a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná conta com extensas reservas indígenas, sob os diligentes cuidados da FUNAI.

Nada mais defensável do que o Estado cooperar no sentido da edificação, nesta Capital, da sede regional da mencionada fundação.

A doação do imóvel em apreço traduz bem essa disposição, que é de todos, em favorecer indiretamente as nações dos nossos irmãos índios a quem tanto devemos, beneficiando a entidade governamental que lhes presta atendimento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 55/81

De autoria do nobre Deputado João Mansur o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à FUNAI, área de terreno localizada nesta Capital, conforme específica.

Analisando-se a matéria sob o seu aspecto legal e constitucional temos que não existe qualquer impedimento que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa.

No entanto, tendo em vista contatos com a Fundação Nacional do Índio, este órgão manifestou-se favorável a presente doação, através de área compatível com as suas reais necessidades, o que vem ser parte do terreno da área total referida no art. 1.º.

Assim sendo, após concordância com o autor da proposição, apresentamos Emenda Substitutiva visando que a aludida doação seja de área menor e compatível com os propósitos da própria FUNAI.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 55/81

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a área de terreno de forma traingular, medindo 2.852,00 m², com frente para as ruas Tamoios e Vital Brasil, e fundos para um riacho, destacada de imóvel de área maior, havido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º de ordem 9.128, do livro 3-E em 11/04/1913, do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição desta Capital.

Art. 2.º — A área de terra, objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizada para as instalações da Sede da Delegacia Regional da FUNAI e a Casa do Índio, não podendo em qualquer tempo ser transferida para terceiros ou utilizada para outros fins, sob pena de reversão da mesma ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/81, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação FAMEPAR", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 59/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FAMEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1981.

a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação FAMEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba, tem por objetivo o conagraamento, a confraternização e o entretenimento dos funcionários da FAMEPAR - Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná. Acima de tudo, a mencionada Associação tem na mais alta linha de conta o desenvolvimento sócio-cultural dos seus integrantes, bem como, a prestação de assistência social e financeira dos seus associados, mediante empréstimos, auxílios e financiamentos dos seus integrantes.

Dentro das características da Associação, sobreleva notar

que mesma não possui caráter de auferição de lucros, assim como, os seus Diretores estão vedados de auferir remuneração pelos cargos que exercem.

A Associação FAMEPAR vem se notabilizando no atendimento dos seus membros, prestando relevantes serviços de caráter social.

Devemos aduzir, ainda, o fato de que a Associação FAMEPAR presta assistência tanto aos funcionários efetivos como aos estagiários daquele órgão.

Por estarmos convencidos dos altos serviços prestados pela entidade, apresentamos aos nossos eminentes Pares o presente plano de Lei, na certeza da sua acolhida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 59/81

Objetiva o presente Plano de Lei, de autoria do eminente Deputado AUGUSTO CARNEIRO, a declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO FAMEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Cumpridas as formalidades legais, nada obsta à sua normal tramitação pelos canais competentes da Casa.

Por tais razões, somos favoráveis à sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PDS, indicando os Srs. Deputados que irão compor como Membros titulares e suplentes a Comissão de Defesa ao Consumidor. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Dona Heroína Lagos, ocorrido na cidade de Ivai-porã. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anselmo Merlin, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benjamim Cardoso Teixeira, ocorrido na cidade de Guarapuava. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Shizue Kamey, ocorrido em Santa Mariana. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zannusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Denuto Possato, ocorrido na cidade de Arapoti. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Lasso, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 52/81. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando que se corrija a Ata da sessão do dia 1.º de setembro, na parte que faz alusão ao pronunciamento do Deputado Erondy Silvério. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar.

Senhor Presidente, a Bancada do PDS votará contrariamente ao requerimento pelas seguintes razões, porque Ata é efetivamente uma síntese dos trabalhos. Agora, se o nobre

Deputado José Tavares quiser usar certidão de Ata para procedimento judicial, digamos, Sua Excelência, poderá usar do mesmo recurso que eu estou usando na tarde de hoje, encaminhando a Vossa Excelência, requerimento solicitando uma certidão do inteiro teor das acusações que ele me fez na tarde de ontem para procedimento judicial.

Os Anais da Casa, as notas taquigráficas dizem com exatidão aquilo que eu falei, que eu confirmo e que não desminto e que provarei em juízo nesta Casa. Inclusive vou trazer aqui neste Plenário pessoas que foram torturadas na Delegacia cujo titular era o então delegado José Tavares. Vou trazer aqui, e se o Deputado me autorizar, eu contarei uma outra história aqui dentro, esta com provas, não graciosas como a de hoje. Portanto, nós vamos votar contrariamente ao requerimento apenas por essas razões.

E na oportunidade, Sr. Presidente, quero lamentar embora seja matéria vencida, a atitude do nobre Deputado Lineu Turra. É um Deputado que tem tido no meu entendimento uma conduta elogiável nesta Casa. Hoje, gratuitamente investe de uma forma maldosa contra o Deputado Luiz Gabriel Sampaio, como se o suplente assumindo a sua condição de Deputado tivesse menos valor do que o Deputado mais votado.

Terminadas as eleições, a apuração, proclamados os eleitos, o Deputado de menor votação tem o mesmo e às vezes até maior valor, que o mais votado. E essa argumentação do nobre Deputado Lineu Turra feriu inclusive companheiros seus, como esse extraordinário moço que toda a Casa estima e que é o Deputado Gilberto Agibert, que era suplente também e que hoje está desempenhando seu mandato com eficiência, com elegância, com decência. Ofendeu, inclusive os suplentes do seu Partido.

E ainda há um detalhe e é por isso que eu sou favorável ao Distritão, Sr. Presidente, há um detalhe. Veja Vossa Excelência a votação do Deputado Luiz Gabriel Sampaio — veja bem Vossa Excelência e os Anais da Casa que registrem o quanto foi infeliz o Deputado Lineu Turra. Deputado Luiz Gabriel Sampaio — 14.965 votos. Deputado Lineu Turra — 13.666 votos. Deputado suplente do MDB que assumiu não chegou a 11.000 votos.

Então, com o Distritão vê Vossa Excelência que nunca viria para esta Casa na forma de suplente o nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Então eu quero aqui deixar consignado o nosso protesto e a nossa repulsa com que o Deputado Lineu Turra procurou atingir um Deputado por todos os títulos digno, que já exerceu funções de alta relevância neste Estado — Secretário de Educação que foi, Deputado pela Legislatura anterior dos mais brilhantes, hoje vice-líder da nossa Bancada, um dos mais dinâmicos batalhadores, extraordinários e cultos Deputados que têm esta Casa. Um dos mais cultos. Quisera eu ter um décimo da cultura do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, quisera eu ter.

Portanto, Sr. Presidente, é com imensa tristeza, partindo de quem partiu essas ofensas é que eu quero pensar que foi num momento impensado e que o nobre Deputado Lineu Turra a esta hora já deve estar arrependido do que disse.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, eu na verdade quando discutíamos aquela matéria já vencida, e para encaminhar...

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Quero fazer um apelo ao nobre Deputado que nós estamos em processo de votação e terá ainda as explicações pessoais. Então, daqui a pouco Vossa Excelência terá oportunidade de falar.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Tem Vossa Excelência a palavra.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Por um mínimo de decência, dois pesos e duas medidas.

Vossa Excelência, neste instante está absolutamente parcial. Vossa Excelência não tem condições de tomar uma atitude destas com o Deputado Lineu Turra porque acaba de dar, de conceder para que se fizesse divagações sobre outra matéria o Deputado Líder do PDS. Espero que Vossa Excelência seja ao menos um pouco magistrado e respeite o mesmo direito para que não se repita aqui a parcialidade abusiva.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Vossa Excelência deve ter ouvido que o Deputado Erondy Silvério pediu a palavra para encaminhamento de votação do requerimento e durante o encaminhamento da votação ele fugiu ao assunto.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência não tomou providência alguma, Sr. Presidente.

O SR. LINEU TURRA — Estou pedindo também para encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Com a palavra o Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Inicialmente, Sr. Presidente, já que se fez referências ao meu nome e também me jogaram aqui contra companheiros, eu queria dizer que quando fiz aquela afirmação foi um raciocínio de retorsão. Respondi simplesmente na mesma altura aquilo que o Deputado Gabriel Sampaio dizia contra a nossa Bancada. Foi simplesmente isso. Foi apenas respondendo, foi o direito de retorsão que eu usei.

Agora, eu me referi ao seguinte, o Deputado Gabriel Sampaio já era Deputado e não conseguiu retornar a esta Casa como Deputado, enquanto que os outros não eram Deputados. Deputado que usou da máquina do Governo, que tinha o apoio do Governo, que tinha sido Secretário de Educação como afirmou o Deputado Erondy Silvério, não conseguiu retornar a esta Casa. É isso que eu me referi. Portanto, os outros Deputados que vieram e que não estavam no mandato legislativo e não conseguiram vir a esta Casa, não vieram a reboque de alguém.

É nesse ponto que eu me referi e aliás usei com o respeito que sempre tive pelo Deputado Gabriel Sampaio. Ele não pode jamais dizer que nesta Casa, mesmo na legislatura passada ou nesta legislatura, tive qualquer atitude que fosse agressiva contra a nossa bancada, querendo menosprezar o nosso comportamento e o nosso direito de nos mobilizarmos aqui na defesa dos interesses que julgamos ser altos nesta Casa. Foi o sentido que usei.

Agora quanto ao fato de eu ter tido menos votos, inclusive o Deputado Erondy Silvério sabe que, conhecedor de minha região, em contingente de voto é 10% da região na qual disputa o Deputado Gabriel Sampaio. É esta a verdade. Portanto, cotejávamos com o Deputado Gabriel Sampaio os antecedentes de participação dele na vida pública, enquanto que eu, Deputado, também da primeira Legislação, quando viemos para cá, consegui voltar, graças a Deus, apesar de minha região ser parca de votos. E sem a máquina do Governo, é preciso que se acrescente.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação o requerimento do Deputado José Tavares.

O SR. FUAD NACLI — (Para encaminhar) Ouvimos com atenção o encaminhamento de votação do ilustre Deputado representante de Palmeira e de Corbélia, quando Sua Excelência dizia da máquina administrativa, temos que colocar os pontos nos seus devidos lugares. Se alguém desta bancada teve o beneplácito do Governo, temos que levar em consideração que a máquina administrativa da Prefeitura de Corbélia foi muito maior do que a máquina do Governo de todo o Estado. Em favor deste ilustre Deputado que aí está.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem) — Não me referi em momento algum ao Deputado Fuad Nacli, apenas respondi ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. FUAD NACLI — Apenas pedimos para encaminhar a votação e como todo o respeito que temos à nossa Bancada, não poderíamos deixar de dar o aparte, porque fazemos política também naquele município, naquela comarca.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Apenas para deixar bem clara a minha posição, volto a discutir encaminhando este meu requerimento. Peço a Vossa Excelência, depois de ouvir este douto Plenário, que retifique a Ata exatamente no momento em que o Deputado Erondy Silvério fazia declarações à minha pessoa.

Tenho aqui em meu poder as notas taquigráficas do pronunciamento, sem correção, que o Deputado Erondy Silvério fez ontem. Está aqui, para quem quiser ler, noventa e cinco por cento de seu teor consiste em acusações à minha pessoa. Na síntese, já que a Ata é síntese, já que Ata é extrato, não há um extrato, uma síntese, destas acusações. É isto que gostaria que fosse inserido na Ata.

Agora, caso a bancada realmente entenda, segundo o Líder do PDS já afirmou que vai votar contra, gostaria que Vossa Excelência também constasse o meu voto contrário à aprovação desta Ata, em razão das argumentações que levantamos no início desta sessão.

Somente para esclarecer ao nobre Líder, Erondy Silvério, que disse que deveria usar de um direito, que é o de requerer uma certidão, direito constitucional aliás, gostaria de dizer a ele que já requeri, também no início desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação o requerimento do Sr. Deputado José Tavares.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem). Sr. Presidente, me parece que Vossa Excelência tem o poder de decisão com base no artigo 132, do Regimento Interno, independente da discussão e aprovação do Plenário, exatamente em retificação de atas, como a proposta pelo Deputado José Tavares.

Portanto, parece-me que seria oportuno que Vossa Excelência até independente da decisão do Plenário, utilizando o que dispõe o artigo 132, fizesse o despacho deferindo, porque é o que se pretende.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Quero informar ao nobre Deputado, que na realidade a Presidência pode decidir quando há qualquer falha na Ata. Foi feita uma Ata suscinta do que foi tratado. E o que o nobre Deputado Tavares pede, é a íntegra do discurso do Deputado Erondy Silvério; parte do discurso. É o que eu estou recorrendo ao Plenário e acatarei a decisão do mesmo. Está em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Volto a insistir com Vossa Excelência de não colocar na minha boca, palavras de Vossa Excelência. Fui muito claro: é uma síntese.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, só gostaria de dizer, que o Artigo 132 diz: — “Estão sujeitos ao despacho do Presidente, que independem de apoio preliminar de discussão e votação, os requerimentos solicitados. § 4.º — A retificação de Ata.”

Esta é a pretensão do Deputado José Tavares. E foi muito claro no início dos trabalhos, quando estava se discutindo a Ata, de que a pretensão dele era meramente de retificação, e não de inserir integralmente, pronunciamento desse ou daquele Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — O artigo 114 diz: — “De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão e submetida ao voto dos presentes.” E isto foi feito. No meu entender está correto. Mas, uma vez que o Deputado discorda, foi a maneira de atender, recorrer ao Plenário e é o que nós estamos fazendo.

Está em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, gostaria apenas que Vossa Excelência informasse, baseado em que artigo Vossa Excelência socorre ao Plenário, para uma decisão pura que o Regimento prevê no Artigo 132.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Respondendo sua questão de ordem, acho que Vossa Excelência está se equivocando, pois cabe a Vossa Excelência dizer o artigo do Regimento Interno que eu estou infringindo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, as decisões da Mesa, embora não conste em Regimento, devem ser lavradas em livro próprio e farão parte integrante do Regimento da Casa. A Mesa jamais poderá responder uma questão de ordem, como a que foi formulada. O Deputado que sentir que a Mesa está infringindo um artigo do Regimento Interno é que deverá declinar e enunciar o artigo que porventura está sendo violado. Vossa Excelência já deu a resposta mas mesmo que Vossa Excelência não encontre amparo regimental para uma questão nova que chega às suas mãos, poderá tomar a decisão e lavrar em livro próprio desta Assembléia, que fará parte integrante do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Gostaria de tão somente voltar a uma questão clara. O artigo 132, exatamente diz respeito à análise de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa já discutiu a questão de ordem do nobre Deputado e está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, nós que conhecemos Vossa Excelência de longa data, dentro de uma lisura política que nós conhecemos na sua região, o que nós pedimos é uma neutralidade de Vossa Excelência, uma imparcialidade, porque Vossa Excelência não está dirigindo uma reunião do PDS e sim uma reunião da Assembléia Legislativa, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa não aceita

insinuações de Vossa Excelência e coloca em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. — (Pausa) — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 20 Srs. Deputados rejeitam, 13 Srs. Deputados aprovam. — Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados David Cheriegate e Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Câmara Federal manifestando total solidariedade à emenda à Constituição Federal apresentada pelo Deputado Federal Henrique Brito (BA), que estabelece a possibilidade dos prefeitos municipais concorrerem à reeleição. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Por seis minutos, tem a palavra o nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, vamos concluir, lembrando exatamente quais os propósitos que nós levantamos, para, exatamente, votar contrariamente a esse requerimento.

O Deputado Federal nominado, pretende possibilitar aos atuais Prefeitos Municipais, que possam se reeleger.

Mas, não há dúvida de que, como dizíamos, os Prefeitos que hoje estão ocupando os cargos, na sua totalidade, obtiveram, bionicamente, a extensão do seu mandato.

Portanto, um mandato efetivamente popular, como há que se entender, até a natureza do mandato, ele tem uma determinante, que é o outorgado determinar ao outorgante, ou vice-versa, a possibilidade por um período, com poderes definidos, o que efetivamente deve um mandato cumprir.

E no momento em que os Prefeitos Municipais tiveram os mandatos prorrogados, eles já não têm mais esse respaldo popular, porque o mandato terminava no período de quatro anos.

Agora, se pretende possibilitar aos Prefeitos, através desta emenda, que eles tenham a oportunidade de partir para a reeleição.

Entendemos, Sr. Presidente, que, na atual situação, por este exemplo específico, é inadmissível que possa este País, assistir a Prefeitos que tiveram o seu mandato prorrogado, para que, utilizando de todo o expediente da máquina administrativa, utilizando todo o seu Poder até material, que tem em mãos e que pertence, portanto, à sociedade, venham usar para uma reeleição.

Seria, entendo com muita clareza, mais um casuísmo nefasto para o processo democrático que todos nós queremos consolidar.

A mesma opinião teríamos, se viesse uma proposta para possibilitar aos atuais Governadores, a possibilidade de reeleição, porque Vereadores, Prefeitos e Governadores são, hoje, bionicos, não possuem um mandato popular efetivamente se assim devemos conceituar.

Portanto, a nossa definição é muito clara, de não podermos aceitar que um Parlamento, que uma Assembléia, onde os homens políticos pretendem, efetivamente, solidificar o processo democrático, que é o sonho de toda sociedade brasileira, nós não podemos admitir que expedientes como este, tenham o

nosso aval, tenham, na verdade, o nosso endosso.

É inadmissível, portanto, o apoio. Porque permitir a reeleição de biônicos; permitir mais este casuismo, é, na verdade, permitir que o casuismo, que os expedientes escusos, que as arapucas eleitoreiras, que mecanismos inconvenientes a uma plenitude democrática sejam postos em prática. Por isso, a nossa manifestação contrária, e até estranharmos, não só que um Deputado Federal venha propor isto, embora damos — não nós, pela própria Constituição, pelo próprio direito civil, pelo próprio direito do cidadão que cada um faça o que bem entende. Mas, até estranharmos que quem se diz democrata venha propor esse tipo de expediente. É tão nefasto como prorrogar mandatos de Deputados, é tão nefasto como prorrogar mandatos de Prefeitos, Vereadores, em maior ou menor grau, o erro, a inconveniência é a mesma.

Na nossa opinião, esse requerimento deveria merecer, desta Casa, um indeferimento. Mas, acima de tudo, se fosse possível até, a retirada de discussão e votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua em votação.

O SR. VALDUGA — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A tese levantada pelo ilustre Deputado Nelson Friedrich seria válida se não tivesse incorrido em dois erros que queremos reparar.

Primeiro, efetivamente, estamos num período em que os Prefeitos têm seus mandatos prorrogados.

Portanto, o consenso entendeu chamá-los de biônicos. E o requerimento dos nobres Deputados signatários, é de que eles não sejam nomeados, é de que eles postulem uma reeleição. Isso é muito diferente.

Acho que é muito válida essa posição. Sempre achei que os Prefeitos, Governadores, também tivessem o direito de se submeter à uma eleição.

Recentemente, assistimos vários casos de executivos se submeterem à eleição, como na França, nos Estados Unidos, em que aqueles que ocupavam o poder foram afastados pelo voto popular.

Portanto, essas razões são inteiramente infundadas para que se tome a posição adotada aqui. Nem sei se é questão aberta, ou não, não falei com a Liderança sobre o assunto.

Mas, acho que qualquer homem público que dispute um cargo tem direito de voltar ao povo e pedir um novo referendo. Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só queria encaminhar a votação para dizer que, eu pessoalmente, se dê oportunidade para que os atuais Prefeitos, ou todos aqueles que estão em um cargo executivo, tenham o direito à reeleição. Porque, o que acho salutar é que haja alternância no poder. Alternância de homens, não só de Partidos.

E apesar de ter um irmão que é Prefeito, sou contra. Mas, não discordo do direito dos Autores do requerimento entenderem de forma contrária.

Agora, eu acho que para a Casa deliberar sobre a matéria, dá a impressão que é desejo do Poder Executivo do Paraná.

Acho que os Deputados signatários poderiam através de sua Bancada, mas, jamais do Poder Legislativo, quando tem a Oposição contrária ao requerimento. Que não haja uma conotação de que o Poder Legislativo do Paraná que se pretende apresentar, ou que está em tramitação, na Câmara Federal.

O meu entendimento é esse.

Acho que fica no direito da Bancada do PDS pessoalmente, sem envolver o Poder Legislativo apresentar a sua solidariedade ao projeto em tramitação no Congresso Nacional. Jamais em nome do Poder Legislativo do Paraná, quando tem uma parcela de seus membros contrária à proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, para encaminhar a votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias atrás, na cidade de Cascavel, acontecia um encontro de Prefeitos Municipais, e, nós lá não pudemos comparecer mas, nossa Bancada e esta Casa estava representada por diversos Srs. Deputados. Comparecia também àquela reunião, o Deputado Henrique Brito, que veio dialogar com os Srs. Prefeitos Municipais, com referência a diversos assuntos eminentemente favoráveis aos municípios brasileiros; o primeiro deles, no que tange a uma reformulação tributária, que nós todos estamos assistindo, o empobrecimento dos nossos municípios e, dentre outras alegações e discussões naquele plenário na cidade de Cascavel se discutia a presença de um projeto de autoria do Sr. Deputado já citado, onde defende a reeleição dos Srs. Prefeitos Municipais não, como medida anti-democrata como querem os Srs. Deputados da Oposição, frisar, mas sim como uma medida eminentemente democrática, porque, países democráticos como os Estados Unidos se dão o direito da reeleição àqueles que detêm cargos executivos, e nós aqui no nosso País que temos os direitos dos Poderes Legislativos, se reelegerem. Não podemos, jamais, ficar contra uma proposição dessas porque é sem dúvida alguma, pedir o respaldo popular para os homens que estão dirigindo os municípios brasileiros. E se nós entendemos assim, não pode jamais, a Oposição, querer dizer que até "assiste de camarote" pessoas se dizerem democráticas. Sou tanto quanto esse Deputado que assim frisou ou talvez muito mais, porque, todos os cargos que eu tive foram dados pelo voto popular, pelo respeito da minha população, do meu povo que aqui represento. E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós queremos o direito de se votar, de se escolher, e nem por isto mesmo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os Presidentes das Repúblicas dos Estados Unidos da América reelegeram o seu Presidente Jimmy Carter e nem por isso a França reelegeram o seu Presidente Giscard D'Estain. Não é ficar no Poder que significa reeleição, e sim, o julgamento do povo por sua administração em cada município, quicá em cada Estado e até mesmo, na Nação. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não me assusta a palavra anti-democrata, não tenho sequer receio de haver sido o autor de uma proposição dessas, que a Liderança do meu Partido deixou aberta para que cada Deputado analise de acordo com o seu próprio desejo, se deseja ou não reeleger os seus Prefeitos. Agora, que a Oposição escreva aos Srs. Prefeitos de Oposição detentores de mandatos, dizendo que são contrários. Que façam isto. Que levem aos seus municípios esta proposição, isto é, que é anti-democrático reeleger. Aqui, "biônico", do Paraná, só tem o Senador do PP, não tem Prefeito "biônico" algum, e sim, os seus mandatos foram prorrogados, com o apoio até mesmo, das Oposições porque participam do mesmo processo que nós participamos, dão respaldo ao mesmo sistema que nós apoiamos, porque senão os Senhores renunciariam aos seus mandatos, iriam para suas casas.

É com esta argumentação simples e pálida que um Deputado que representa a sua comunidade e que digo mais, Senhor Presidente, que nenhum dos meus Prefeitos são candidatos à reeleição, porque, infelizmente nas cidades que represento, como Foz do Iguaçu, como São Miguel, o povo não tem esse

privilegio de eleger o seu mandatário, mas represento também a cidade de Matelândia, onde o seu Prefeito, com a prorrogação dos mandatos não renunciou porque a Câmara apelou e porque todos nós que representamos aquele município apelamos, porque ele é um homem que tem diversos afazeres e emprestou um pouco da sua existência para ajudar o desenvolvimento daquele progressista município do oeste paranaense. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós David Chierigate e eu, deixamos aberto ao pensamento e ao voto consciente de cada Deputado aqui presente, sem atirar pedras, sem sequer dizer que a Oposição ou resto dela não está cumprindo aqui com o que deveria. Chamar os seus Prefeitos e avisá-los que são contra esta proposição.

O SR. DAVID CHERIEGATE — (Para encaminhar a votação).

Acredito que o Deputado Tércio Albuquerque praticamente disse tudo que se podia dizer desse requerimento que nós apresentamos em conjunto.

Somente encaminho a votação nesta oportunidade, para não concordar com as suas afirmações que foram feitas pelos ilustres Deputados Lineu Turra e Nelton Friedrich, porque realmente essa Emenda do eminente Deputado Henrique Brito, de maneira alguma vai proibir que haja alternância no poder, como também ela não é anti-democrática porque esta emenda dará condições para que o povo escolha se realmente o Prefeito atual tem ou não tem condições de ser novamente o mandatário nos municípios.

Por esses motivos nós pedimos o apoio de todos os ilustres Deputados desta Casa, para que este requerimento seja aprovado e encaminhado ao Congresso Nacional para que a emenda do Deputado Henrique Brito, possa também receber o apoio de todos os Deputados que compõem a Câmara dos Deputados desse País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Parlamento discute uma matéria que, a primeira vista pode não merecer a atenção necessária para a profundidade que ela representa e para que possamos discuti-la com a serenidade necessária, com a seriedade necessária e com a profundidade necessária, é bom que analisemos certos aspectos que foge um pouco ao objetivo à mostra desta proposição do Deputado Henrique Brito.

É de conhecimento da Nação, que o Deputado Henrique Brito está fazendo o papel de "testa de ferro" nesta sua proposição e direi porque. Toda a Nação sabe e nós políticos o sabemos com mais detalhes, que o grande patrono desta idéia chama-se Paulo Malluf — Governador do Estado de São Paulo. Não que Sua Excelência o Governador do Estado de São Paulo pretenda dar aos seus prefeitos a oportunidade da reeleição, mas através desta emenda se aprovada, seria a abertura de uma picada, seria o início de uma caminhada para que também se propusesse mais tarde, para que se equilibrassem as colchas, que os Governadores de Estado também tivessem o mesmo direito.

Aí reside a seriedade desta proposta Srs. Deputados. E além desta que me parece muito séria, porque nós temos a obrigação de termos em consciência que este País infelizmente vive uma confusão institucional quase que sem saída. Temos aí o Presidente da República que é do partido majoritário, que brada aos quatro cantos desta Nação que fará deste País uma democracia.

Então eu pergunto, que contribuição, que espécie de contribuição é esta para ao invés de clarear de uma vez por to-

das, de iluminar este caminho que toda a sociedade brasileira quer que é o objetivo de uma verdadeira abertura democrática, que contribuição traz à Nação emendas desta ordem que ao invés de clarear mais confusão trazem à Nação.

É sob esta ótica, sob este ângulo, com o respeito que sou devedor pela opinião dos ilustres Deputados subscreventes desta proposta, mas não posso concordar pelas razões que exponho. E aproveito, nesta oportunidade para pretender um reparo no pronunciamento do ilustre Deputado Tércio Albuquerque quando ele dizia, talvez esquecido de que prefeitos biônicos neste País não existem. Existem!

Curitiba tem Prefeito biônico. Nas áreas de Segurança Nacional tem prefeito biônico. E outro aspecto, que é uma realidade que não pode ser esquecida. Foi citado o caso dos Estados Unidos da América do Norte, mas vamos nos lembrar também que a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte tem 200 anos de vigência. Tem 200 anos de vigência, uma Constituição legítima, legitimada pelo voto popular.

E a nossa? Conta com que tempo? Não posso precisar no tempo a idade da Constituição do meu País, infelizmente. E não temos também uma Constituição legitimada, temos sim uma Constituição outorgada por uma Junta Militar, e que virou numa verdadeira colcha de retalhos para atender aos interesses mais imediatos daqueles que estão no Poder e deles não querem abrir mão.

É sob esta ótica, ótica de seriedade, não podemos embarcar nestas oba-obas: porque o Sr. Henrique Brito está sendo inocente e útil e quer transferir esta inocência maliciosa, maliciosamente para os Deputados Estaduais. É o apelo que faço aos ilustres Deputados que representam a maioria deste Poder, para que não sirvam também de figuras do inocente-útil, para servirmos aos interesses escusos de um Governador que quer se perpetuar no Poder.

Quem desconhece este assunto? Quem desconhece as pretensões do Sr. Paulo Salim Malluf? Porque ele já tentou indiretamente o seu objetivo e não conseguiu. Então está procurando por via adversa. Está procurando dar a volta para chegar ao ponto que quer.

É sobre este ângulo, com todo o respeito que tenho aos subscritores desta emenda, é bom que se repense. E quando falo disto, quando abordo e me posiciono contrariamente à esta medida, principalmente nesta hora grave de profunda confusão institucional que vive este País, falo com autoridade moral. Tenho autoridade moral para fazê-lo, porque a minha cidade detém um Prefeito do PMDB. Agora eu perguntaria ao Sr. Henrique Brito e ao Sr. Paulo Malluf, e se a posição fosse inversa? Se a Oposição detivesse a maioria das Prefeituras deste País, será que o Sr. Henrique Brito, numa atitude altamente democrática, iria propor uma medida desta ordem?

Claro que não. E vamos ser francos na abordagem destes assuntos. É lógico que a permanência por tempo indeterminado, em determinados cargos, gera além de outras mazelas, a mais séria. Porque aquele que é candidato a um Poder Executivo e é detentor destas decisões e como candidato pergunto: qual seria o santo que não usaria desta estrutura para agir maliciosamente para permanecer no cargo?

É um aspecto que tem que ser analisado com seriedade, meus companheiros. É isto que tem que ser analisado.

Digo e repito, não seria conveniente, nesta hora, um pronunciamento oficial deste Poder, neste sentido, porque seria um desserviço à Nação brasileira e, ao invés de estarmos colaborando, procurando um caminho reto, claro, objetivo, sem casuísmos, sem subterfúgios, para que este País alcance aquilo que a sociedade brasileira quer, que é uma definição de seu regime, uma definição de um regime democrático, puro e límpido. É o apelo que faço e à pessoa do Líder do PDS que, numa atitude de pensamento profundo, Sr. Presidente, sobre este aspecto, e não há diminuição pessoal alguma em que se retire esta pro-

posta, para que ela seja repensada, para que possamos talvez discutirmos juntos este aspecto. Se nos convencerem que ela serve à Nação, que serve para consolidar o regime democrático, talvez até votemos a favor. Eram estas as minhas considerações a respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação o requerimento.

O SR. DEL CIEL (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Atravemo-nos a encaminhar à votação neste instante, porque temos visto conflitar, ecoando nesta Casa, da parte de todos nós, Parlamentares, conceitos, definições, a respeito de comportamentos, de atuações, de Regimento Interno, de análise, de Constituição... e daí por diante.

Entendemos que em tudo ou se é, ou não é. Quando defendemos a Democracia, defendemos a realização dos pleitos eleitorais.

Sei que não houve a intenção do eminente Parlamentar que me antecedeu, de anunciar aos quatro cantos do Estado do Paraná ou da Pátria brasileira, que o povo americano é um povo altaneiro preparado, com condições de votar e de escolher, estando o candidato no Governo, na máquina, no poder, com força ou sem força, enquanto que se poderia entender da sua manifestação, a insinuada acusação a um possível despreparo do povo brasileiro, para os pleitos eleitorais. Entendo eu que se deva restabelecer plenamente a Democracia da Pátria brasileira; entendo que o povo brasileiro deva ser convocado às urnas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Entendo que a classe política toda ela, deva dar respeito à Constituição retalhada vigente neste País, pois senão aqui estaríamos a perder, dezenas de horas de trabalho, quando parlamentares sucederem uns aos outros, discutindo quanto à validade e a constitucionalidade de matérias apreciadas na Sessão de ontem e na sessão de hoje, muito especialmente. Se não temos Constituição, vamos discutir constitucionalidade de quê? Se o que temos aí está, devemos respeitar como os princípios que haverão de nortear a vida da Nação, da Pátria e do povo brasileiro, até que possamos conquistar a Constituição que a Pátria brasileira quer. Se outros povos tiveram a felicidade de poder conquistá-la há anos, nós devemos continuar o nosso trabalho em cima da legislação, da Constituição que nós permitimos ter e ao povo brasileiro, foi imposta, foi apresentada, até mesmo na forma retalhada. Então, doe que, quando o povo quer, o povo manda. A máquina pode funcionar; pode funcionar com todo e qualquer peso, mas o povo sempre decide acertadamente. E em função dos conceitos que tenho emitido, em relação à minha definição de liberdade, liberdade de expressão, de participação, de decisão, do povo brasileiro, me atrevido até, por muitas vezes, a contrariar teses defendidas pelas maiores figuras políticas do Partido a que pertencço; quando, vejo nesta Casa se agredir Parlamento Municipal, quando se insinua que um Parlamento está fechado por deixar ou por abrir uma perspectiva de deixar de funcionar, em um dia da semana, Sr. Presidente, quando as nossas Câmaras Municipais reúnem-se por todo o interior do Território Nacional, por duas vezes e são os Vereadores os representantes mais legítimos do povo; muitas delas uma vez por mês, Deputado Jurandir Messias, vimos todos o retratar dessas análises, desses acontecimentos, nessas sessões. Entendo eu que toda discussão é válida e enobrece, o Poder. E entendo eu que deva ser dado o direito até mesmo aos Chefes dos Executivos Municipais, de concorrerem à reeleição. E tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o meu Prefeito, desse ou daquele partido político, ele será punido pelo povo. Como todos nós, quando temos o nosso nome levado a julgamento em praça pública, nós recebemos a decisão do povo.

Não podemos, em função de receios, num pré-julgamento

da qualificação do povo brasileiro, que sempre, para justificar a viabilidade e a necessidade de se redemocratizar a Pátria, de que este povo está preparado, admitirmos a tese de que o povo americano está lá ativo e preparado para decidir os destinos da sua Nação e do seu povo, enquanto nosso trabalhador brasileiro e o povo brasileiro estaria despreparado para, motivado por uma máquina administrativa, decidir sempre com quem está no Poder.

Em função desta conceituação, deste nosso posicionamento, salvo melhor juízo, nós acompanharemos, na oportunidade, a propositura dos eminentes parlamentares que a apresentaram e a trazem a julgamento deste Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento dos Deputados Tércio Albuquerque e David Cheriegate.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Antes nós falávamos, no encaminhamento do nosso voto, como Deputado, e, agora, requeremos a Vossa Excelência a inserção da declaração de voto em ata. E passo a fazê-la.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, embora o respeito que me mereça o nobre Líder do PMDB, Vossa Excelência não pode permitir uma violação de regimento. As declarações de voto estão expressamente reguladas no Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa responde à questão de ordem do Deputado Erondy Silvério, de que na realidade, o Deputado Nelson Friedrich já fez a declaração de voto, encaminhando a votação e posicionando-se contrariamente ao requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas, Sr. Presidente, exatamente o requerimento que faço, agora, é pela Liderança — antes falávamos como Deputado — para inserir um voto na ata, conforme prevê o artigo 132. Não se trata de encaminhamento de votação.

Senhor Presidente, primeiro ponto: — a posição nossa é clara. Na atual situação, dadas as características em que vive a Nação brasileira, no aspecto da democratização, somos contra a reeleição. No momento da plenitude democrática, seria outra a questão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A questão de ordem, não procede, nobre Deputado, porque o assunto enfocado por Vossa Excelência fala em votação, na ata. E não está sendo votada a ata. Está em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Peço a Vossa Excelência que possibilite a verificação de votação, embora, repito aqui, discordando totalmente da manifestação de Vossa Excelência, sobre a interpretação do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) A Mesa procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação)

20 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação e sim, para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Desburocratização e Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que sejam eliminadas dos títulos eleitorais, a partir desta data, as exigên-

cias de fotografias. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Justiça e Chefe da Casa Civil da Presidência da República e demais personalidades em Brasília, em forma de sugestão, no sentido de, através de proposição, anistiem todos os eleitores maiores de 19 anos, multados por não haverem se alistado no serviço eleitoral. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, a fim de que o Brasil, em termos formais e oficiais, provoque a manifestação do Ofício Internacional de Epizootias de Paris, sobre a liberação das exportações de carne suína. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., reiterando pedido de estadualização para conservação, melhoramento e posterior pavimentação de diversas estradas. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que se façam gestões junto aos organismos competentes, no sentido de reativar o porto de passagem sobre o rio Iguaçu entre os Municípios de Nova Prata e Três Barras do Paraná, localidade de Santa Genoveva. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Diretor da mesma no Paraná, encarecendo providências no sentido da regularização da entrega da correspondência nos Municípios de Fênix, Quinta do Sol e Nova Cantu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Justiça e aos Líderes dos Partidos Políticos na Câmara Federal e Senado Federal, encarecendo urgência no trâmite de legislação específica que anistie multa pelo não alistamento eleitoral. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República, Ministros do Planejamento e da Agricultura, Governador do Estado e a diversas autoridades, protestando contra o desvio de recursos para cafeicultura. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Senhora Dirce Gimenes, brasileira, que pleiteia a liberdade de seu marido preso arbitrariamente em nosso País e que se encontra incomunicável na Guardia de Seguridad em Assunção - Paraguai. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de documentação, composta de carta-manifesto e abaixo-assinados de entidades, partidos políticos, entidades estudantis e democráticas, é um posicionamento unitário sobre as propostas de mudanças nos descontos previdenciários, assim como da situação dos aposentados do Brasil. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Na forma regimental, adia-se a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Doutor Raimundo Faoro, ex-Presidente da OAB e Presidente da Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Uruguaio, hipotecando solidariedade ao povo uruguaio, no momento representado pela posse do General Gregório Alvarez. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidente do Senado e Presidente da Câmara Federal, manifestando descontentamento com referência ao propalado projeto de lei que aumenta de 420 para 500 o número de Deputados Federais. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que seja modificado a Instrução SEFI n.º 697, de 05 de maio de 1981, no que se refere à adaptação de máquinas registradoras por empresas. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo que determine a presença, nesta Casa, do Sr. Presidente da SANEPAR, para explicações sobre as atividades daquele órgão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Friedrich e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Conselho Superior da Magistratura, encarecendo a suspensão da execução de despejo contra 17 famílias da área denominada "Lote Grande" no Município de Foz do Iguaçu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança e Comandante da Polícia Militar do Estado, encarecendo imediatas e severas medidas contra soldados do 6.º BPM, com sede em Cascavel. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo ajuda financeira para a Prefeitura Municipal de Catanduvas reconstruir e equipar com móveis e materiais didáticos a escola da localidade de Santa Genoveva — Distrito de Barra Bonita, Município de Três Barras do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do documento da CNBB "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o inteiro teor do discurso do Sr. Deputado José Tavares, na Sessão do dia 02 do corrente, a fim de instruir processo judicial. — Deferido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando certidão de inteiro teor

da Sessão do dia 1.º de setembro de 1981, sem as devidas correções dos respectivos pronunciamentos. — *Deferido*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Deputados, para averiguar denúncias de arbitrariedades cometidas pelo Delegado de Polícia de Santa Helena. — *Encerrada a discussão*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 64/80 e de Lei n.ºs 24/81 e 38/81.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 196/79, 173/80, 05/81, 50/81, 51/81, 55/81 e 59/81.

Marcando ainda, uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 04, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 36/81, 37/81, 38/81 e 39/81.

Levanta-se a sessão.